

3.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

O Diagnóstico Socioeconômico da Área de Proteção Marinha Litoral Centro (APAMLC) está voltado para o estudo geral e específico de oito municípios litorâneos integrantes da região institucionalizada como Região Metropolitana da Baixada Santista (apenas Cubatão não faz parte do presente estudo por não possuir área litorânea). Deste modo são analisados os diversos aspectos da socioeconomia dos municípios de Bertioga, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente que representam conjuntamente mais de 2,2 mil km² ou 0,9% de todo território estadual.

Vale lembrar que esses municípios fazem parte de uma área com importante biodiversidade e reserva de Mata Atlântica, compreendendo expressiva parte com cobertura natural e unidades de conservação (UC), como pode ser visto na **Tabela 3.3-1**. Bertioga, por exemplo, possui 91% de sua superfície coberta por vegetação, 72% do município inserido em UC (Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Estadual Restinga) e se destaca como uma das localidades do estado de São Paulo com maior patrimônio natural deste importante domínio florestal (SMA, 2016). Ao mesmo tempo, é o município com menor densidade demográfica do Litoral Centro, possui pequeno porte populacional, mas recebe atualmente um dos mais importantes fluxos turísticos do litoral paulista e, deste modo, transformando significativamente a dinâmica socioterritorial deste setor litorâneo.

Tabela 3.3-1 – Características Gerais dos Municípios da APAM Litoral Centro

Município	Área			População		Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	Taxa de Cresc. Pop. (2000/2010)
	Total (km ²)	% no LC	% em UC	Total	% no LC		
Bertioga	490,2	21,5%	72,2%	55.660	3,4%	113,56	4,77
Guarujá	143,6	6,3%	18,4%	303.376	18,6%	2.112,9	0,95
Itanhaém	601,9	26,4%	35,1%	92.956	5,7%	154,45	1,94
Mongaguá	141,9	6,2%	26,5%	50.603	3,1%	356,69	2,84
Peruíbe	324,6	14,2%	56,1%	62.977	3,8%	194,04	1,54
Praia Grande	147,1	6,5%	42,2%	290.918	17,8%	1.978,1	3,09
Santos	280,7	12,3%	82,1%	423.579	26,0%	1.509,2	0,03
São Vicente	147,9	6,5%	56,4%	345.231	21,2%	2.334,4	0,92
Litoral Centro (LC)	2.277,60	0,9%	37,0%	1.625.300	-	7,13	-
Estado de SP	248.222,4	-	-	43.046.555	-	173,42	1,9

Fonte: Fundação SEADE, 2016; INTISTUTO POLIS, 2012.

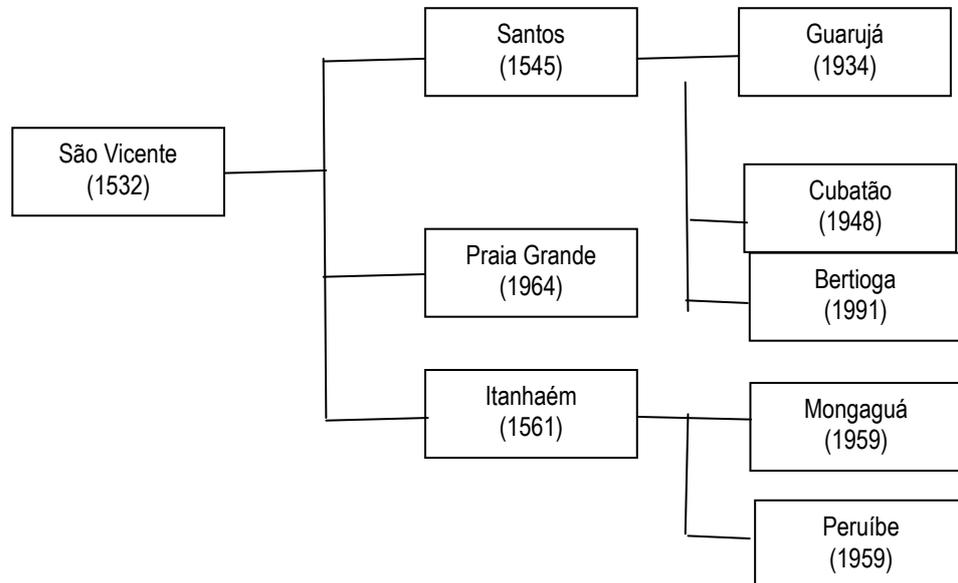
Em uma perspectiva geral, o Litoral Centro pode ser considerado bastante complexo tendo em vista o seu extenso território, o relevante contingente populacional (1,6 milhões habitantes em 2015), o seu poder em atrair milhares de turistas e sua influência econômica que transborda para além das fronteiras

administrativas, sobretudo pelo papel desempenhado pelo Porto de Santos, principal modal marítimo do país. A população total desta porção litorânea representa 3,7% do estado de São Paulo, e as maiores densidades demográficas são encontradas nos municípios de Santos, Guarujá, São Vicente e ainda mais recentemente na Praia Grande, que tem demonstrado a maior taxa de crescimento na última década (**Tabela 3.3-1**).

Os municípios do Litoral Centro tiveram origem a partir do desdobramento de São Vicente, inicialmente sendo criado o município de Santos (1545) e em períodos posteriores foram se originando as demais localidades, conforme ilustra a **Figura 3.3-1**. Bertioga é o município mais novo a ser formado dentre os oito deste setor.

Dentre os municípios da APAM Litoral Centro, Santos possui a maior população, desponta como principal polo regional e com uma economia diversificada, incluindo serviços sofisticados e que são característicos de metrópoles, como também é berço de importantes instituições de todos os âmbitos. Além disso, exerce forte influência não apenas nos municípios vizinhos, mas em toda área litorânea, inclusive do litoral norte e sul do estado de São Paulo. De acordo com o estudo sobre as regiões de influência das cidades (IBGE, 2008), o porte e a organização da rede urbana do município de Santos permite classificá-lo como uma Capital Regional de hierarquia C, possuindo uma área de influência de âmbito regional no que se refere à oferta de uma série de bens e serviços. Conforme avaliado por este estudo, trata-se de um polo receptor que atrai diariamente um fluxo de consumidores, trabalhadores e estudantes de um conjunto de dezesseis municípios com um total de 338 mil habitantes (FUNDAÇÃO SEADE, 2016). Destaque-se que as cidades classificadas como “Capital Regional” envolvem centros urbanos com capacidade de gestão imediatamente inferior ao das metrópoles nacionais e a hierarquia C é atribuída aos centros que possuem porte inferior em relação às capitais e padrão de localização regionalizado, mas são ao mesmo tempo identificados como áreas de destino para diversas atividades de um grupo significativo de municípios.

Figura 3.3-1 – Desmembramentos dos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista



Fonte: Fundação Seade apud BAENINGER, R.; SIQUEIRA, C., 2009.

Registra-se, a propósito, que apesar de Cubatão não integrar a APAM Litoral Centro, vale destacar a sua influência para a Baixada Santista de um modo geral e, especialmente, para a economia paulista. Em Cubatão está fixado um dos mais importantes polos industriais do país voltado para o desenvolvimento da indústria química, petroquímica e siderúrgica. Sua proximidade ao Porto de Santos e a disponibilidade de recursos naturais, assim como as características geográficas permitiram a dinamização do polo industrial. Por outro lado há o consenso de que a expansão destas atividades ali desenvolvidas acarreta em severos impactos ambientais para a região, incluindo a contaminação do solo, ar, dos recursos hídricos, além da degradação aos manguezais, estuários, entre outros.

É neste contexto que a Região Metropolitana da Baixada Santista constitui um dos maiores desafios para a gestão ambiental devido sua inerente diversidade. Como muito bem caracterizado por Zündt (2006), “trata-se de uma região com uma complexa relação ambiental, populacional e de atividades econômicas, que reúne vocações aparentemente díspares, como os complexos portuário e industrial de grande porte e a vocação turística, que se mesclam a reservas ambientais e áreas de proteção legal”.

Diante desse quadro, os desafios existentes ultrapassam as questões exclusivamente ecológicas e implicam em reconhecer suas potencialidades intrínsecas, relacionando os importantes recursos naturais terrestres e marítimos que ali existem, mas também a relevância das atividades produtivas, como do Porto de Santos, das atividades pesqueiras, do turismo e ainda considerar toda população que reside e usa este extenso e rico território.

3.3.1 USO E OCUPAÇÃO

3.3.1.1 CONSOLIDAÇÃO URBANA E VETORES DE EXPANSÃO

A formação socioterritorial do Litoral Centro é fortemente marcada por seu histórico de uso e ocupação, que teve início ainda no período colonial, como também dos processos relacionados à área de influência da capital paulista, principal metrópole nacional e maior centro urbano do país. Para compreender a atual configuração urbana desta região cabe uma breve exposição dos principais marcos relacionados à sua formação tanto no âmbito regional como dos municípios envolvidos no estudo.

A ocupação desta parte do território litorâneo paulista foi impulsionada pela construção da estrada de ferro São Paulo Railway ainda no final do século XIX, possibilitando a integração da Baixada Santista com o município de São Paulo. Com a implantação deste eixo logístico que transportava principalmente os produtos oriundos da cultura cafeeira, a região da Baixada passou a ser urbanizada e assim as atividades econômicas vinculadas ao Porto de Santos também foram beneficiadas e se expandiram a partir deste período (SÃO PAULO, 2011).

De modo geral, o crescimento da mancha urbana na região foi influenciado por dois eixos principais: o primeiro deles com o eixo longitudinal, ou seja, paralelo à orla marítima e associado à rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055) que faz a ligação de Cubatão com os demais municípios da Baixada Santista; e em segundo lugar com um eixo transversal à costa litorânea em direção a maior e principal barreira natural, a Serra do Mar.

Neste contexto, as rodovias funcionaram como elementos estruturadores que modelaram o território (e que continuam reforçando o seu uso e ocupação), impulsionando paralelamente a chegada de relevante contingente populacional. Como outros grandes empreendimentos (hidrelétricas, aeroportos e ferrovias, por exemplo), os eixos viários tem o poder de induzir a formação de assentamentos humanos, sendo no caso da região da Baixada Santista muitos deles com condições precárias e normalmente próximos aos canteiros de obras dos empreendimentos que foram se instalando no litoral. Atualmente a legislação ambiental introduziu uma série de medidas de monitoramento e mitigação dos impactos ocasionados por grandes obras visando restringir e/ou impedir esses tipos de ocupação, contudo essas ações ainda não eram efetivas na fase de implantação dos eixos estruturantes na região.

Desta forma, com a implantação da estrada SP-055 diversos trabalhadores, sobretudo de baixa renda, foram atraídos para as áreas deste setor litorâneo e vários assentamentos irregulares se fixaram especialmente ao longo deste eixo viário, denominados de “bairros cota”, isto é, bairros implantados acima da cota 100, distantes da orla marítima e próximos ao Parque Estadual da Serra do Mar. É neste sentido que “o eixo rodoviário da SP-055 funciona como barreira física entre as áreas de veraneio e as moradias dos grupos de baixa renda. Desse modo, coloca-se como um fator que contribui para a segregação socioespacial entre ricos e pobres, marcando claras diferenciações em termos de oferta de serviços e infraestruturas urbanas” (INSTITUTO POLIS, 2012).

De modo geral, a expansão urbana se deu predominantemente em direção à região sul da Ilha de São Vicente, sendo marcada por um intenso crescimento demográfico a partir da década de 1940 e 1950. Já as áreas mais distantes dos principais centros como Santos, Guarujá e São Vicente foram sendo ocupadas por população de baixa renda, representadas assim por áreas pouco valorizadas ou de fundos de vale, manguezais, áreas lindeiras às rodovias e ainda no sopé da Serra do Mar.

Ademais, o polo petroquímico de Cubatão e a construção da Rodovia Anchieta (SP-150) neste mesmo período de 1940/1950 também promoveram a expansão da urbanização nesses municípios. Assim *“na década de 1950, a expansão urbana destes municípios centrais da RMBS começa a avançar para o município de Praia Grande e, na década seguinte, para os municípios mais ao sul, como Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. A década de 1960 foi o momento de maior crescimento urbano da Baixada Santista como um todo. Na década de 1970, municípios como Peruíbe, Praia Grande e São Vicente (Figura 3.3.1.1-1) continuaram crescendo mais aceleradamente do que na década anterior”* (INSTITUTO POLIS, 2012).

Conforme pode ser observada na **Tabela 3.3.1.1-1**, a taxa de urbanização apresenta constante crescimento na região e em quase todos os municípios entre 1980 e 2015, exceto por São Vicente que apresentou ligeira queda no período. Além do mais, os dados revelam que o Litoral Centro possui em média grau de urbanização superior do que é registrado no estado de São Paulo, atingindo 99,5% em 2015.

Figura 3.3.1.1-1 – Expansão urbana na década de 1970 e imagem recente na Praia do Itararé (São Vicente)



Fonte: Instituto Polis, 2012.

No caso da ocupação de cada território da APAM Litoral Centro, destacam-se, a propósito, os processos de consolidação do principal centro urbano da região e que é representado pelo município santista. **Santos (Figura 3.3.1.1-2)** é formado por uma porção insular totalmente urbanizada (39,4 km²) da Ilha de São Vicente (que também compõe parte do município de mesmo nome) e ainda por uma porção continental (231,6 km²) com ocupação muito rarefeita (ZÜNDRIG, C., 2006). A população está concentrada na parte central da Ilha (90% dos habitantes), onde também se localiza o Porto de Santos e significativa parcela das residências, sobretudo de construções prediais ao longo da orla. A expansão urbana tem ocorrido rumo ao interior do município de forma descontínua e em sua maior parte por população de baixa renda.

Tabela 3.3.1.1-1 Taxa de Urbanização nos Municípios da APAM Litoral Centro – 1980/2015

Localidade	1980	1991	2000	2010	2015
Bertioga	NA	NA	97,13	98,37	98,76
Guarujá	100	99,99	99,97	99,98	99,98
Itanhaém	95,26	97,25	98,82	99,06	99,16
Mongaguá	98,98	99,36	99,56	99,56	99,56
Peruíbe	92,62	95,53	97,9	98,88	99,18
Praia Grande	100	100	100	100	100
Santos	99,53	99,61	99,47	99,93	99,93
São Vicente	99,93	99,9	99,95	99,81	99,81
Estado de SP	88,64	92,76	93,41	95,94	96,27

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: Não se aplica.

Tendo em vista a presença dos manguezais e estuários, a mancha urbana nesse município é de certa forma fragmentada apesar de ser possível visualizar a intensa ocupação tanto em Santos como nos municípios limítrofes, como São Vicente, Guarujá e ainda em Cubatão.

Figura 3.3.1.1-2 – Imagem representativa da Orla Marítima em Santos



Fonte: Observatório Litoral Sustentável, 2016.

As porções leste e sul de Santos compreendem as áreas mais valorizadas, exibindo as principais infraestruturas e equipamentos associados às atividades industriais e portuárias, assim como o local de moradia fixa e de temporada, inclusive daquela população predominantemente mais rica. Já na zona norte há presença significativa de comércios, enquanto que na área central também são encontradas relevante número de residências.

Foi ainda na década de 1960 e 1970 que as áreas localizadas nas encostas dos morros, sobretudo em direção noroeste de Santos, passaram a ser sucessivamente ocupadas por aqueles que não possuíam condições de morar nas partes mais valorizadas da cidade. Esta porção do território santista, e mais especificamente entre o rio Casqueiro e o município vizinho de São Vicente, concentra a maior densidade populacional de Santos e é formada basicamente por famílias vulneráveis de baixa renda que vivem em condições precárias de infraestrutura e saneamento básico, além de conviverem constantemente com os problemas ocasionados durante os períodos de chuva. Deste modo, a zona noroeste do município apresenta pouca diversificação do seu uso, voltada principalmente para as edificações horizontais e alguns conjuntos habitacionais, como também de espaços destinados as atividades portuárias e correlatas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2013).

Desde fins da década anterior, a área insular de Santos pode ser considerada inteiramente urbanizada, enquanto que a porção continental permanece preservada já que pelo menos 80% pertence ao Parque Estadual da Serra do Mar, abrigando importante reserva da Mata Atlântica do estado, bem como de todo o país.

Diversos investimentos e modificações têm sido introduzidos na região e, sobretudo, em Santos com a revitalização do seu centro histórico, reurbanização da orla, construção de ciclovias e da descoberta do pré-sal.

Já em **São Vicente** a ocupação foi induzida, sobretudo, com a expansão de Santos, por sua vez ligada às atividades do Porto e da exportação do café cultivado no interior do estado de São Paulo. Vale lembrar que São Vicente foi a primeira vila fundada no país, ainda em 1532, ou seja, o próprio município de Santos surgiu a partir de São Vicente. Em 1950, os terrenos disponíveis nas áreas mais alagadiças passaram a ser ocupadas por população de baixa renda, muitos deles migrantes de Santos e assim o município verificou crescimento acelerado a partir dessa década. No período seguinte, a construção de diques para a recuperação dos manguezais facilitou a ocupação dessas áreas e dos trechos inundáveis, contribuindo para a implantação de moradias nas porções insulares de São Vicente, mais precisamente nos trechos oeste, norte e nordeste do município. A parte totalmente urbanizada envolve os 18 km² da Ilha de São Vicente e os outros 130 km² no continente são parcialmente ocupados por loteamentos precários.

No **Guarujá**, município localizado na Ilha de Santo Amaro, sua ocupação está relacionada a dois fatores principais: o primeiro deles envolve a **atividade turística** que impulsionou significativamente a expansão de bairros próximos da linha costeira e também ao próprio **crescimento de Santos**. As áreas definitivamente consolidadas encontram-se ao longo da orla marítima, em áreas próximas a balsa e das instalações náuticas. Além do mais, verifica-se que parte dos terrenos antes ocupados pela vegetação de mangue já foram ocupados, sendo que a população mais vulnerável se encontra em diversas partes do município e, especialmente concentrada no distrito Vicente de Carvalho, próximo ao Terminal Portuário do município e da margem esquerda do Porto de Santos. Registre-se que o adensamento deste distrito esteve relacionado à instalação da linha férrea que fazia a ligação entre a estação das barcas e a praia de Pitangueiras (SÃO PAULO, 2011).

De acordo com o Instituto Polis (2012): *“a maioria das desconformidades está relacionada a ocupações de áreas de mangue, APP e encostas de morros”*. O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), finalizado em 2011, levantou um total de 3.677 habitantes e **926 domicílios em áreas de mangue e corpos d’água**; 6.051 habitantes e **1.648 domicílios em áreas de encostas de morros**; e outros 666 habitantes e **181 domicílios em faixas de domínio da linha férrea**.

Nota-se também que a maioria dos núcleos teve seu início nas décadas de 1970 e 1980, sendo estes os principais períodos de surgimento dos assentamentos precários no município, segundo informações do PLHIS. Nesse tipo de ocupação vale ressaltar as áreas sujeitas a escorregamentos, que segundo dados do Plano Municipal de Redução de Riscos, elaborado pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), em 2007, foram identificados 15 núcleos que apresentam áreas de risco de escorregamento, setorizados e classificados de acordo com o grau de risco (Baixo, Médio, Alto e Muito Alto), tema esse abordado com maior profundidade no Diagnóstico do Meio Físico do presente estudo (INSTITUTO POLIS, 2012, p. 24).

No que se refere aos demais municípios, constata-se que a ocupação também é altamente verticalizada nas respectivas costas marítimas e voltadas majoritariamente para residências de veraneio ou de moradia da população com renda mais elevada. Há que se destacar que apenas Peruíbe se distingue quanto ao padrão da verticalização tendo em vista a existência do Plano Diretor que limita a construção de prédios nestas áreas próximas às praias. Já o tecido urbano localizado no interior dos municípios é ocupado em sua maioria por casas térreas e assobradadas e conforme se distanciam da faixa costeira o padrão vai se precarizando (ZÜNDDT, C., 2006).

De todo modo, mesmo que o crescimento populacional e urbano tenha apresentado redução nos últimos anos nesses municípios, a região tem presenciado novas dinâmicas estimuladas principalmente aos projetos do pré-sal e da expansão do Porto de Santos.

Em relação à densidade demográfica do Litoral Centro, vale destacar que os municípios centrais registram as maiores densidades demográficas tendo em vista seu grande aporte populacional e da ocupação concentrada principalmente nas partes insulares, como em São Vicente, Guarujá e Santos. Conforme ilustra a **Tabela 3.3.1.1-2**, São Vicente possui atualmente 2.334 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto que em 1980 este número chegava a quase metade do que é encontrado no levantamento de 2015. No outro extremo, destaca-se Bertioga com apenas 113,56 habitantes por quilômetro quadrado e em seguida Itanhaém e Peruíbe. Ainda que a ocupação urbana registre baixa densidade demográfica em boa parte do Litoral Centro, a segregação socioterritorial, a falta de infraestrutura e o déficit habitacional são alguns dos traços principais nesta região. Tal quadro tem relação direta com a especulação imobiliária, reflexo das atividades produtivas e principalmente para atender as atividades turísticas e de veraneio.

Tabela 3.3.1.1-2 – Densidade Demográfica nos Municípios da APAM Litoral Centro – 1980/2015 (habitantes/km²)

Municípios	1980	1991	2000	2010	2015
Bertioga	NA	NA	60,55	96,83	113,56
Guarujá	1054,41	1464,5	1853,1	2025,3	2112,9
Itanhaém	45,48	76,16	119,69	144,46	154,45
Mongaguá	68,65	131,18	243,74	325,23	356,69
Peruíbe	55,92	100,17	157,07	184,17	194,04
Praia Grande	438,52	820,73	1.293,1	1.777,3	1.978,1
Santos	539,4	554,95	1.491,2	1.494,2	1.509,2
São Vicente	1.293,57	1.801,9	2.042,8	2.246,2	2.334,4
Estado de SP	100,53	126,65	148,96	166,08	173,42

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: Não se aplica.

O **Mapa de Densidade Demográfica 2010 APAM Litoral Centro** deste Diagnóstico demonstra detalhadamente a distribuição da população do Litoral Centro por setores censitários. Conforme pode ser ali visualizado, há uma expressiva concentração populacional em Santos, São Vicente e Guarujá, sobretudo na faixa da orla marítima, enquanto que nas porções interioranas desses municípios, bem como nos trechos mais centrais das demais localidades são encontrados grandes vazios demográficos.

No que tange ao número e tipo de moradias nesses municípios, o levantamento sobre o total de domicílios permanentes nos oito municípios do Litoral Centro revela o crescimento entre as décadas de 1980 e 2000. Santos é a localidade que centraliza o maior número de domicílios em todos os períodos de análise, contudo no intervalo de 35 anos é possível observar que esta participação foi reduzida substancialmente. Em 1980, Santos possuía quase 50% do total de domicílios permanentes deste setor litorâneo, enquanto

que em 2015 esta participação chegou a 27,8%. Este quadro indica que os demais municípios apresentaram crescimento significativo com destaque para a Praia Grande, como ilustra a **Tabela 3.3.1.1-3**. Os domicílios permanentes nesse município foram expandidos em um pouco mais de 500% durante os anos selecionados.

Tabela 3.3.1.1-3 – Total de Domicílios Permanentes nos Municípios da APAM Litoral Centro – 1980/2015

Localidade	1980		1991		2000		2010		2015	
	Total	% no LC	Total	% no LC	Total	% no LC	Total	% no LC	Total	% no LC
Bertioga	NA		NA		8.479	2,1	14.536	3,0	17.819	3,3
Guarujá	33.173	15,4	50.950	17,0	72.131	18,3	84.968	17,3	94.061	17,6
Itanhaém	6.551	3,0	12.097	4,0	20.513	5,2	28.249	5,7	30.831	5,8
Mongaguá	2.236	1,0	4.840	1,6	9.831	2,5	14.588	3,0	16.234	3,0
Peruíbe	4.261	2,0	8.326	2,8	14.376	3,6	19.273	3,9	20.578	3,8
Praia Grande	15.967	7,4	32.680	10,9	55.030	14	83.445	17,0	96.092	17,9
Santos	106.493	49,6	122.134	40,7	13.1058	33,2	144.600	29,4	149.156	27,8
São Vicente	46.147	21,5	68.969	23,0	83.497	21,1	101.697	20,7	111.100	20,7
Litoral Centro	214.828	3,7	299.996	3,7	394.915	3,8	491.356	3,8	535.871	3,8
Estado de SP	5.800.803	100	8.039.661	100	10.364.152	100	12.827.153	100	14.073.070	100

Fonte: IBGE, 2016.

Em todo caso, as residências ainda continuam concentradas no núcleo formado por Santos, São Vicente e Guarujá, ocorrendo um predomínio de domicílios permanentes com residentes fixos, o que representa 89%, 91% e 67%, respectivamente (**Tabela 3.3.1.1-4**). Estas três localidades apresentam a maior conurbação urbana da região. Há que se destacar que domicílio de uso permanente envolve o imóvel com finalidade de moradia de uma ou mais pessoas e construído para servir exclusivamente à habitação. Já o domicílio de uso ocasional diz respeito ao imóvel particular permanente que serve provisoriamente de moradia, ou seja, utilizado para o lazer, férias ou outros fins. No lado oposto, os demais municípios já são majoritariamente marcados pela presença de domicílios de uso ocasional, de acordo com os dados de 2010. Bertioga, por exemplo, possui 62% das residências voltadas para uso sazonal, Mongaguá tem 60% para esta finalidade e Itanhaém e Praia Grande 52% do total de domicílios são destinados para temporada.

Tabela 3.3.1.1-4 – Total de Domicílios segundo o Tipo de Ocupação nos Municípios da APAM Litoral Centro – 2010.

Município	Total de Domicílios Particulares	Particulares Ocupados	Particulares Não Ocupados			Total de Domicílios Coletivos
			Uso Ocasional	Fechados	Vagos	
Bertioga	44.725	14.080	27.878	504	2.263	109
Guarujá	137.453	78.571	46.347	6.538	5.997	145
Itanhaém	67.077	28.380	34.857	19	3.821	100
Mongaguá	41.783	14.602	25.327	0	1.854	39
Peruíbe	40.055	19.311	17.732	0	3.012	112
Praia Grande	199.947	80.759	104.912	2.785	11.491	117
Santos	176.905	140.872	20.070	3.930	12.033	238
São Vicente	122.391	98.391	11.604	3.427	8.969	774

Fonte: IBGE, 2010.

O número de imóveis ocasionais demonstra a importância da população vinculada à atividade turística e de veraneio na Baixada Santista, mas ao mesmo tempo, ao analisar a expansão dos domicílios permanentes e de temporada nesses municípios, pode ser visto um crescimento mais expressivo nos imóveis com população fixa. Esse cenário revela uma tendência geral de **fixação da população nesta parte do litoral paulista a partir da última década, com exceção de Bertioga**. Sobre esta questão ainda é possível observar que os domicílios particulares localizados na faixa litorânea têm uso predominantemente ocasional, enquanto que nas áreas mais interioranas são ocupados por população residente (INSTITUTO POLIS, 2012).

É preciso considerar que a expansão da ocupação na Baixada Santista tem sido recentemente relacionada à **intensificação das atividades econômicas** voltadas, sobretudo, ao setor industrial com destaque para a **indústria petroquímica** e da descoberta das jazidas do **pré-sal da Bacia de Santos**, e ainda das **atividades portuárias e siderúrgicas**. Ademais, deve ser somada a questão logística e de acesso a esta região a partir das melhorias implementadas com a duplicação da Rodovia dos Imigrantes, facilitando assim o deslocamento populacional para a Baixada Santista e Litoral Norte, especialmente de população sazonal e turistas de um modo geral (SÃO PAULO, 2011).

O “boom” populacional e mais significativo na região ocorreu especialmente a partir da década de 1960 e até os anos 1980. Após este período diversas mudanças políticas e ambientais introduziram novas dinâmicas de uso do território, sobressaindo medidas de conservação e controle do meio ambiente e ainda da fase de retração econômica que marcou parte da década de 1980 (SÃO PAULO, 2011). De todo modo, a década de 1990 marcou a expansão urbana dos municípios mais ao sul, como Perúibe, Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém e mais ao norte no caso de Bertioga, emancipado em 1991 de Santos, que apresentou altíssima Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) de 11,30%. Nos anos 2000 a

expansão foi menos acelerada, sendo mais concentrada nos bairros já urbanizados anteriormente ou em áreas de risco, sobretudo em, Peruíbe, Itanhaém e Bertioga (INSTITUTO POLIS, 2012).

A esse respeito vale **destacar a expansão** de Bertioga nas últimas décadas com a **implantação de empreendimentos imobiliários**, especialmente de condomínios de casas de alto padrão e ainda muitos deles verticais localizados na Riviera de São Lourenço (**Figura 3.3.1.1-3**). A população flutuante em 2010 chegou a mais de 80 mil pessoas, o que representava quase o dobro da população residente no município. Este vetor associado aos empreendimentos de temporada tem pressionado a população local a ocupar os terrenos disponíveis entre a Rodovia SP-55 e a Serra do Mar, caracterizando em um fator de vulnerabilidade ambiental e social tendo em vista que essas áreas não contam com infraestrutura urbana adequada, além dos impactos que podem causar nas áreas de proteção existentes e já demarcadas. Ademais, as novas ocupações sinalizam problemas de um déficit habitacional no município e que também envolvem questões de regularização fundiária (INSTITUTO POLIS, 2012).

Figura 3.3.1.1-3 – Condomínios na Riviera de São Lourenço, município de Bertioga



Fonte: Prefeitura do Município de Bertioga, 2016.

Estudos indicam que as pressões tanto de **ocupação formal como da informal têm se concentrado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar** (um raio de 10 km a partir do limite do parque). A pressão formal está relacionada à expansão dos condomínios privados, enquanto que a pressão informal envolve a supressão ilegal de vegetação nativa e de sérios impactos aos mananciais. Segundo o Diagnóstico Socioambiental realizado pelo Instituto Polis (2012) *“atualmente existem em Bertioga 8.378 moradias em assentamentos precários (favelas, loteamentos clandestinos e irregulares), abrigando aproximadamente 27 mil moradores, representando, respectivamente, 62,5% dos domicílios ocupados e 62,3% da população do município”*.

Há de se mencionar ainda a existência de dois núcleos de ocupação humana dentro do Núcleo Bertioga do Parque Estadual da Serra do Mar, chamados de Sítio São João 1 e 2. Ambos existem antes da expansão da referida Unidade de Conservação, que ocorreu em 2010. Situação semelhante ocorre no Parque Estadual da Restinga de Bertioga (PERB), que conta com seis núcleos de ocupação humana, a saber, Vila da Mata, Morro do Macuco, Rio Guaratuba, Barreira da Guaratuba, Rua Carvalho Pinto e Chácaras do Balneário Mogiano. Todos os núcleos existem antes da criação do PERB em 2010 (Decreto Estadual nº 56.600/2010, SÃO PAULO).

Os assentamentos irregulares nos demais municípios também evidenciam diversos problemas ambientais e nos municípios com maior porte populacional, as áreas irregulares concentram importante efetivo de domicílios. De modo geral, as ocupações localizadas nesses municípios maiores são mais antigas e algumas até mesmo já foram urbanizadas após forte pressão dos moradores locais. De toda forma ainda são registrados avanços mais recentes de assentamentos precários em algumas porções destes municípios.

Em **Santos**, existem vários bolsões de pobreza na cidade, sendo registrados cerca de **80 núcleos populacionais em áreas de risco e/ou em manguezais**, e relevante parte encontra-se fixada na zona noroeste do município (entre São Vicente e o rio Casqueiro). Além dos assentamentos precários há que se destacar os cortiços existentes no centro e as ocupações mais recentes em morros e palafitas do complexo de favelas em diversos locais, como no Dique da Vila Gilda, do Dique e Caminho da União do bairro São Manoel, da Vila dos Criadores e de partes da Vila Mansur e da Vila Alemoa (INSTITUTO POLIS, 2012).

Já em **São Vicente** existem aproximadamente **39 áreas consideradas precárias** e em sua maioria habitações de palafitas (são 16 com essas condições). Dentre os assentamentos, 25 são formados por loteamentos irregulares, 13 favelas e um assentamento rural que reúnem conjuntamente 27,2 mil domicílios e **108,4 mil pessoas** (40% vivendo na área continental e 60% na insular), como apontado no PLHIS (2009). Há que se registrar ainda a existência de um agrupamento indígena no PEXJ, que ocupa áreas no interior do parque estadual desde 2004. Tal ocupação não possui regularização, sendo alvo de processos de reintegração para a devido a implementação das medidas de recuperação da biodiversidade previstas no plano de manejo da do PEXJ (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

O **Guarujá possui 61 assentamentos irregulares** que abrigam **35,1 mil domicílios** (representa 41% do total do município) e **126,4 mil** moradores (equivalente a 43% da população). Dentre todos os municípios deste setor litorâneo, o Guarujá é o que possui mais população vivendo em condições precárias, sobretudo, como já destacado por este Diagnóstico, no distrito Vicente de Carvalho (**Figura 3.3.1.1-4**). De acordo com o PLHIS (2011) metade dos moradores e dos domicílios permanentes estão em áreas consideradas irregulares ou em APP.

Figura 3.3.1.1-4 – Bairro Vicente de Carvalho (Guarujá) e ao fundo áreas de contêineres do Porto de Santos.



Fonte: Observatório Litoral Sustentável, 2016.

Relevante parte dessas áreas precárias é classificada como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), como *“Cantagalo, Barreiro do João Guarda, Atlântica, Vila Baiana, Jardim Três Marias, São Miguel, Vila Júlia, Vale da Morte, Deus me deu, Jardim Bela Vista, Vila Edna, Celebridade, Vila Selma, Jardim das Flores, Morro do Engenho, Santa Clara, Vila da Noite, Cachoeira, Conceiçãozinha, Mangue Seco, Jardim Primavera, Vila Lígia, Santa Rosa, Morro do Outeiro, Santa Cruz dos Navegantes, Morrinhos III e IV, Nova República I e II, Chaparral e Chaparralzinho, Vila Áurea, Viela de Transmissão, Favela do Padre, Santa Madalena, Acaraú, Favela do Caixão, Cunhambebe, Forró Society, Marezinha, Vietnã, Prainha, Aldeia Porto Seguro, Vila Areião, Vila Sossego, Vila Rã, Morro do Bill, Maré Mansa e Praia do Perequê”* (INSTITUTO POLIS, 2012, p.24).

Na **Praia Grande** foram computadas **68 favelas e/ou loteamentos irregulares**, situados em sua maioria entre a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055) e a Serra do Mar (PLHIS, 2009). Conforme assinalado no plano, a população de baixa renda está concentrada nessas áreas continentais do município e a demanda habitacional é de 1.026 domicílios. Além do mais, o município abriga um grupo indígena no bairro periférico do Jardim Melvi.

Itanhaém apesar de não despontar entre os mais populosos do Litoral Paulista, ainda assim o município concentra mais de **84 núcleos irregulares e 5 mil famílias**, sobretudo envolvendo a ocupação de áreas públicas e particulares e apresentando como demais áreas deste tipo, diversos problemas de regularização fundiária. O déficit de habitação foi registrado em cerca de 6 mil domicílios, o que representa 9% do total de moradias. Vale mencionar que como em outros municípios deste setor litorâneo, Itanhaém possui população indígena em seu território, com destaque para as aldeias do Rio Branco e Tangará.

O município de **Mongaguá** tem **45 núcleos precários**, o que abrange **6.675 domicílios e 21.372 habitantes**, sendo a maior parte deles concentrados próximos a rodovia SP-055, como também em áreas de mangue e ainda em terrenos públicos ou particulares. Além dos assentamentos, o município possui

duas comunidades indígenas (Itaoca e Aguapeú) com 41 moradias que também carecem de infraestrutura urbana e regularização fundiária (INSTITUTO POLIS, 2012).

Finalmente, em **Peruíbe** foram registradas **33 áreas irregulares** com loteamentos clandestinos ou irregulares ou favelas, reunindo **mais de 3 mil moradias**, equivalente a 16% dos domicílios ocupados. No caso da população tradicional, o município também possui duas aldeias indígenas que ocupam principalmente áreas na Estação Ecológica Juréia-Itatins e ainda na Piaçaguera.

Neste contexto, o avanço da mancha urbana vem ocorrendo, em grande medida, via implantação de novos loteamentos e de conjuntos habitacionais. Além disso, esta expansão também tem sido alvo da implantação novos empreendimentos voltados ao setor imobiliário privado. Estes vetores, em conjunto com as ocupações irregulares têm sido um dos conflitos mais presentes neste território, trazendo uma série de problemas de ordem ambiental, social e urbanística.

3.3.1.2 GRANDES EMPREENDIMENTOS E INFRAESTRUTURAS

O Litoral Centro é composto por **diversos empreendimentos e importantes infraestruturas logísticas** que articulam não apenas a região entre si, como também a Baixada Santista com demais áreas do estado de São Paulo e ainda possui alcance macrorregional e continental, com destaque para o maior porto da América Latina. Além disso, somam-se diversas rodovias, dois aeroportos, duas ferrovias, um gasoduto, estruturas instaladas em alto mar para a exploração offshore de óleo e gás e de telecomunicações (fibra ótica). Os empreendimentos e infraestruturas existentes no Litoral Centro podem ser vistos nos **Mapas de Equipamentos Urbanos, Infraestrutura e Estruturas Náuticas da APAM Litoral Centro - Setor Guaíbe, Setor Carijó e Itaguaçu.**

O Porto de Santos (**Figura 3.3.1.2-1**) como ilustra o **Mapa de Equipamentos Urbanos e Infraestrutura da APAM Litoral Centro** simboliza o principal e maior empreendimento em funcionamento na região e relevante marco para a expansão da urbanização na Baixada Santista, sobressaindo como o maior porto marítimo do continente sul americano. Além da significativa movimentação de cargas (119,9 milhões de toneladas em 2015), sua infraestrutura atende o escoamento da produção de diversos estados, principalmente para as commodities agrícolas produzidas em São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e ainda de outros estados e dos países integrantes do Mercosul (**Figura 3.3.1.1-4**).

A articulação do Porto de Santos com os principais polos industriais do estado de São Paulo, como de Cubatão e da região do Grande ABC é evidente, contudo sua **influência é macrorregional**, transbordando as fronteiras estaduais. O porto atende prioritariamente a movimentação de cargas dos estados do Sudeste e de significativa parte da região Centro-Oeste e esta conexão de influência primária é identificada como “vetor logístico Centro-Sudeste”. Já a área de influência secundária corresponde as demais regiões do país, incluindo também alguns países sul-americanos, entre eles, Argentina, Bolívia, Chile e, principalmente, o Paraguai e Uruguai.

Figura 3.3.1.2-1 – Vista Aérea do Canal e Porto de Santos



Fonte: Imagem cedida por CODESP, 2016 – fotógrafo: Sérgio Furtado.

Cabe registrar que os portos são considerados estruturas que podem trazer riscos ambientais tendo em vista a escala de atividades envolvidas e potencialmente impactantes para as zonas costeiras onde estão instalados e todo o meio marinho. No caso do Porto de Santos são consideradas áreas diretamente afetadas os limites do Porto e do Canal do estuário; as áreas de influência direta abrangem partes localizadas entre os municípios de Bertioga até a Praia Grande, incluindo também o polígono de disposição oceânica; e a área de influência indireta engloba toda região da Baixada Santista (PORTO DE SANTOS, 2016).

De acordo com a Companhia Docas do Estado de São Paulo (2016), o Porto é responsável por quase 30% do comércio exterior do país e ao movimentar toda a produção originada nesses estados indicados anteriormente, estima-se que os fluxos concentrem US\$ 99 bilhões, 67% do PIB brasileiro, 49% da produção nacional e 45% do mercado de consumo. Para efeitos de comparação, a **Tabela 3.3.1.2-1** exhibe a participação dos principais portos brasileiros nas trocas comerciais do país para o ano de 2015, sendo possível notar o **protagonismo do porto santista** em relação aos demais, centralizando assim a liderança nacional no transporte de cargas. Registre-se, a propósito, que se for avaliado apenas o transporte realizado por portos (excluindo os demais modais), o **Porto de Santos concentra a 35,2% da participação em todo o país**. Demais dados sobre as exportações e importações realizadas no porto são detalhados no item de Caracterização Econômica do presente Diagnóstico.

Tabela 3.3.1.2-1 - Participações dos Portos Marítimos no Comércio Nacional em 2015

Porto/Modal	US\$ (bilhões)	Participação (%)
Santos (SP)	99,0	27,3
Paranaguá (PR)	25,7	7,1
Vitória (ES)	19,5	5,4
Rio Grande (RS)	17,6	4,9
Sepetiba (RJ)	16,0	4,4
Rio de Janeiro (RJ)	14,4	4,0
São Luis (MA)	13,9	3,8
Itajaí (SC)	13,0	3,6
São Francisco do Sul (SC)	12,9	3,6
Aratu (BA)	6,7	1,8
Outros Portos	42,7	11,8
Subtotal	281,5	77,6
Outros Modais	81,1	22,4
TOTAL BRASIL	362,6	100

Fonte: CODESP, 2016.

Segundo dados históricos, o Porto de Santos foi inaugurado em 1892 e atualmente possui área útil total de 7,8 milhões de metros quadrados e extensão de cais de 15.960 metros. Ocupa parte de Santos, Guarujá e Cubatão. Em relação à sua estrutura e capacidade, existem **55 terminais marítimos e retroportuários e 65 berços de atracação**, dos quais 14 são de terminais privados da Valefértil, Cutrale, Dow Química, Usiminas e Embraport (**Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.**). Além disso, existem também “os terminais especializados localizados nas duas margens do estuário, nos quais se pode verificar a seguinte disponibilização de berços: 1 para veículos; 17 para contêineres; 5 para fertilizantes/adubos; 6 para produtos químicos; 2 para cítricos; 8 para sólidos de origem vegetal; 1 para sal; 2 para passageiros; 1 para produtos de origem florestal; 1 para derivados de petróleo; 4 para trigo; 5 para produtos siderúrgicos; 10 para carga geral e 2 de multiuso (suco cítrico a granel, roll-on/roll-off e contêiner). O canal de navegação foi aprofundado para 15 metros e alargado em seu trecho mais estreito para 220 metros” (PORTO DE SANTOS, 2016).

No que se refere à infraestrutura de acesso aquaviário, a ligação entre os diversos terminais e os berços de atracação é feita no Canal da Barra, que possui extensão de 25 km, sendo 13 km com instalações de acostagem, largura de 150 m até o Cais do Saboó e de 110 m desse ponto e profundidade variável entre 12 e 14 metros. Na margem direita do canal, localizada em Santos, e na margem esquerda, no município do Guarujá, encontram-se os berços de atracação e terminais portuários utilizados na movimentação de cargas e descargas (CODESP, 2016).

Em busca de modernização do Porto diversas iniciativas de melhoria tiveram início ainda em 1993, onde foram qualificadas 150 empresas operadoras, ocorrendo a desestatização e aperfeiçoando a capacidade de movimentação de cargas. Conforme aponta Zündt (2006), o Porto “passou por um período de reestruturação e concessão das áreas portuárias para empresas privadas, que, de certa forma, tem resultado em sucessivos recordes de movimentação de carga, embora com grande redução de empregos. Com as concessões de operação para a iniciativa privada, houve um melhor desempenho das cargas movimentadas, havendo uma significativa redução da massa de trabalhadores na atividade, que passou

de cerca de 16 mil, no final da década de 80, para cerca de 12.600, no final da década de 90” (ZÜNDT, 2006). Já os dados mais recentes indicam que o número de empregos vinculados formalmente ao Porto de Santos é ainda menor, chegando a 2 mil trabalhadores (INSTITUTO POLIS, 2012).

No que diz respeito a outros investimentos vinculados ao Porto de Santos, as modernizações envolvem o **Terminal Embraport (Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.)** e um **projeto de melhoria**. Inicialmente compreendia o **Complexo Barnabé-Bagres**, projeto do porto novo na área continental de Santos e que estava previsto para receber recursos de R\$ 2 bilhões visando aperfeiçoamento do transporte de cargas e integrar o porto e as atividades de exploração do pré-sal da Bacia de Santos. A implantação do complexo compreendia uma área de 1,22 milhão de m², um estaleiro de reparos navais e terminais multiuso planejados para a Ilha de Bagres, um cluster (espécie de condomínio empresarial) de apoio ao estaleiro e à base offshore; base de apoio às atividades offshore com movimentação de carga geral; áreas de apoio e utilidades; infraestrutura para recepção e tratamento de água de lastro de navios, águas residuais, limpeza de tanques, armazenamento e movimentação de granéis líquidos; áreas para armazenamento e movimentação de granéis sólidos e a construção de uma ponte rodoviária que ligaria o complexo à área continental de Santos (TRIBUNA DIGITAL, 2011).

Já o novo terminal da Embraport (Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A) na margem esquerda do Porto, especificamente na Ilha de Barnabé, envolve a implantação de um terminal privado de uso misto de 500 mil m² com previsão de movimentar até 320 mil contêineres, 100.000 veículos, 300 mil toneladas de soja em grãos, 800 mil toneladas de granel líquido, entre outros. Deverá ser operado pela Odebrecht TransPort, DP World e Coimex e sua estrutura envolverá investimentos de cerca de R\$4 bilhões, aumentando a capacidade anual para 2 milhões de TEUs (sigla em inglês de Twenty Foot Equivalent Unit, serve como unidade padrão de transporte e equivale a um contêiner de 20 pés, conforme aponta o Porto de Santos), além dos 2 bilhões de litros de granéis líquidos (CODESP, 2016; EMBRAPORT, 2016).

Um aspecto de grande relevância para a APAM Litoral Centro diz respeito ao transporte marítimo de grandes navios que se deslocam até o Porto de Santos. As embarcações que circulam na área marinha do Litoral Centro movimentam desde cargas, como também grandes navios turísticos e também embarcações vinculadas a Petrobras e suas subsidiárias. De acordo com a CODESP (2016), o fluxo de navios envolveu 5.144 atracções de todos os tipos em 2015, fluxo inferior do que foi observado no ano anterior. Esta redução esteve vinculada especialmente a menor movimentação de navios de carga geral (2.590 atracções e -5,5% em relação a 2014) e do tipo “roll-on/roll-off” (249 atracções, equivalendo a -2%). Por outro lado, os navios de passageiros (191 atracções), granéis líquidos (820 atracções) e sólidos (1.242 atracções) demonstraram crescimento entre 2014 e 2015 de, respectivamente, 11,7%, 6,9% e 5,8% (CODESP, 2016).

A **Tabela 3.3.1.2-2** ilustra a movimentação total de navios em um período maior, isto é, entre 2011 e 2015, indicando que o fluxo de atracções tem apresentado queda de um modo geral, sobretudo no que se refere à movimentação de navios de longo curso e, especificamente, no caso de embarcações que transportam carga e granéis líquidos. Em contrapartida, o fluxo de navios com granéis sólidos demonstra crescimento durante o período e, sobretudo, a navegação de cabotagem vinculada ao transporte de carga geral. De toda forma mesmo que a movimentação das embarcações tenha apresentado certa redução, há

que se destacar a relevância deste intenso fluxo na APAM e o modo que este **influencia diretamente no uso do espaço marítimo** tendo em vista que se revela como uma das **principais causas envolvendo os desastres ambientais** neste setor litorâneo.

Tabela - 3.3.1.2-2 Fluxo de Navios no Porto de Santos entre 2011 e 2015

LONGO CURSO					
	2011	2012	2013	2014	2015
Carga Geral	3.028	2.780	2.467	2.321	2.165
Granéis Sólidos	1.086	1.110	1.124	1.139	1.215
Granéis Líquidos	533	503	495	443	473
Passageiros	40	69	131	125	163
Ro-Ro	364	291	286	254	249
Outros	8	5	8	2	1
Total	5.059	4.758	4.511	4.284	4.266
CABOTAGEM					
	2011	2012	2013	2014	2015
Carga Geral	115	217	234	421	425
Granéis Sólidos	51	50	54	35	27
Granéis Líquidos	348	335	339	324	347
Passageiros	266	182	58	46	28
Ro-Ro	1	12	4	0	0
Outros	34	41	51	83	51
Total	815	837	740	909	878
FLUXO TOTAL					
Atracações	5.874	5.595	5.251	5.193	5.144

Fonte: CODESP, 2016.

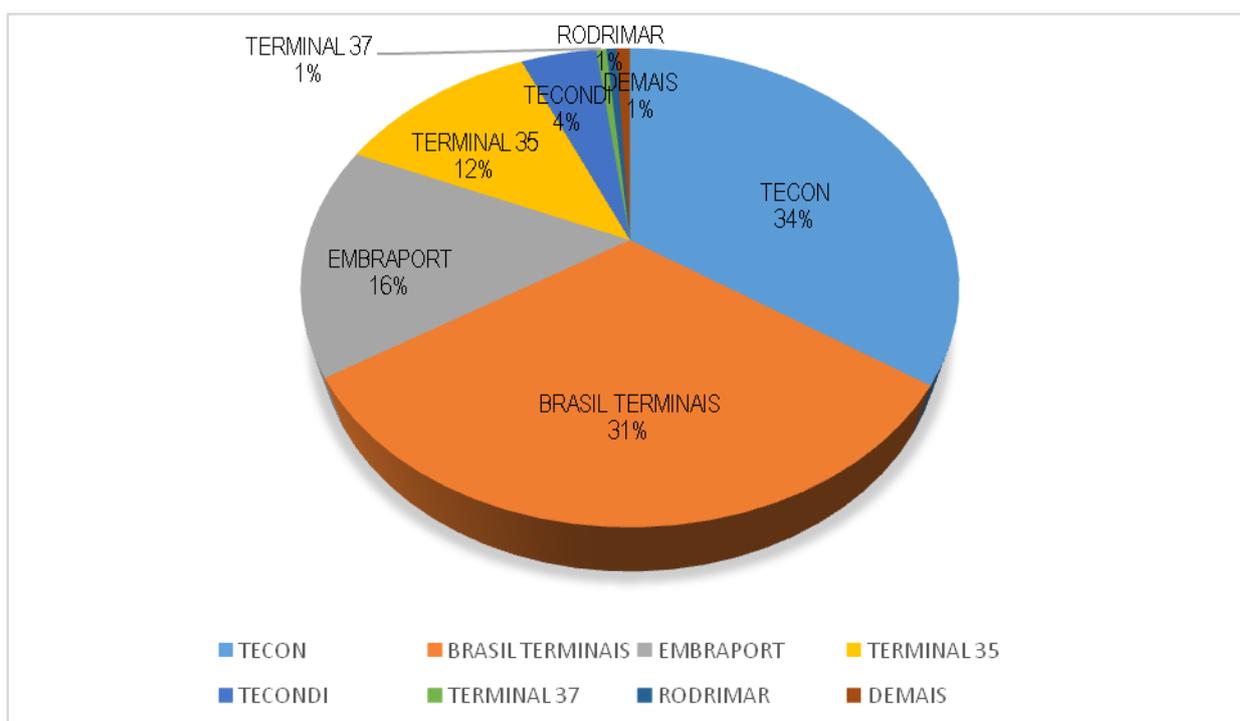
Se de um lado o número total de atracações sofreu retração nesses últimos anos, o **volume total de cargas em toneladas transportadas tem apresentado elevação**, conforme ilustram os dados disponibilizados pela CODESP (2016). De acordo com levantamento recente, esta movimentação tem sido mais expressiva no transporte de longo curso, atingindo mais de 103 milhões de toneladas em 2015, como pode ser visto na **Tabela 3.3.1.2-3**. Quanto a isso sobressai a participação no **transporte de contêineres**, que registraram a movimentação total de 2.453.881 milhões de unidades, crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior e **recorde histórico** no transporte deste tipo de carga, sendo o Terminal de Contêineres da Margem Esquerda (Tecon) principal responsável pelo escoamento e entrada dos produtos (O **Gráfico 3.3.1.2-1** demonstra a movimentação nos terminais do porto). Vale mencionar que o transporte via cabotagem foi o que registrou maior crescimento de unidades, com avanço de 26,8% embarques (254.354 unidades) e 15,1% desembarques (237.278).

Tabela 3.3.1.2-3 - Toneladas Médias Movimentadas no Porto de Santos

Ano	LONGO CURSO			CABOTAGEM			TOTAL		
	Quantidade			Quantidade			Quantidade		
	t	Navio	t/Navio	t	Navios	t/Navio	t	Navio	t/Navio
2011	86.582.058	5.011	17.278	10.588.250	515	20560	97170308	5.526	17.584
2012	93.223.665	4.684	19.903	11.320118	614	18437	104543783	5.298	19.733
2013	102.459.270	4.372	23.435	11.618.614	631	18413	114077884	5.003	22.802
2014	96.654.792	3.836	25.197	14.504.693	706	20545	111.159.485	4.542	24.474
2015	103.987.546	4.102	25.350	15.944.334	799	19955	119.931.880	4.901	24.471

Fonte: CODESP, 2016. Obs.: Para a contagem foram excluídos os navios de passageiros e da Marinha.

Gráfico 3.3.1.2-1 - Movimentação de Contêineres no Porto de Santos (janeiro a novembro de 2015)



Fonte: CODESP, 2016.

A respeito da movimentação de cargas no Porto de Santos em 2015, as principais *commodities* exportadas pelo porto são, respectivamente, **açúcar, milho, soja em grãos, farelo de soja, celulose, adubos, óleo combustível, óleo diesel e gasóleo, sucos cítricos, enxofre, álcool, café, gasolina, carvão, trigo, minério de ferro a granel e outras cargas containerizadas**. O conjunto desses produtos representou 90,8% das cargas ali escoadas, com destaque para mais de 18 milhões de toneladas de açúcar, 15 milhões de milho e 13 milhões de soja (CODESP, 2016). O **Quadro 3.3.1.2-1** apresenta os produtos e os principais circuitos entre o Porto e mercados de produção.

Quadro 3.3.1.2-1 - Produtos e Circuitos Produtivos vinculados às exportações/importações do Porto de Santos

Produto	Circuito Produtivo
Automóvel	Betim, Guarulhos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Campinas
Aviação	São José dos Campos
Café	Triângulo Mineiro (Uberlândia, Uberaba, Araguari) Sul de Minas Gerais (Guaxupé)
Cana de Açúcar	Ribeirão Preto até Minas /Piracicaba / Bauru / Lins
Carne	Goiânia / Lins/ Araçatuba/ São José do Rio Preto / Mato Grosso do Sul
Couro e sapatos	Franca
Eletrônica	Barueri /Campinas / Diadema / Guarulhos São Bernardo do Campo / São José dos Campos São Paulo
Frango	Sul de Goiás (Rio Verde)
Laranja	Bebedouro / Matão
Máquinas e Equipamentos	São Paulo / Diadema / São Bernardo do Campo / Campinas / Santo André / São Carlos
Metalurgia	São Bernardo do Campo / Pindamonhangaba / Santo André / Cubatão
Minério de Ferro	Sorocaba
Produtos Têxteis	Americana e Guarulhos
Soja	Sul de Goiás (Rio Verde e entorno) e Sudeste de Goiás (Catalão e entorno) / Sul do Mato Grosso (Rondonópolis) / Norte do Paraná

Fonte: CODESP, 2016.

Mesmo que a liderança de cargas neste porto esteja predominantemente vinculada às commodities agrícolas é preciso dar ênfase ao movimento dos produtos associados à indústria química, petroquímica e siderúrgica, sobretudo da produção desenvolvida no Polo Industrial de Cubatão. Como já mencionado neste Diagnóstico Técnico, Cubatão não integra a área do presente estudo, no entanto caracterizar, mesmo que brevemente, algumas de suas principais estruturas e dinâmicas é de grande relevância tendo em vista sua área de influência e articulação direta com a Baixada Santista e, especialmente, a área portuária, e ainda com o estado de São Paulo e outras regiões.

Neste contexto, o município de Cubatão assume papel central na produção industrial de uma série de insumos que abastecem centenas de indústrias e respectivas cadeias produtivas. A origem desta vocação foi expressivamente impulsionada a partir da década de 1950 com a instalação da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC), vinculada a exploração do petróleo com a criação da Petrobras em 1953. Ainda nessa década, a refinaria fomentou a formação de um polo petroquímico ao atrair outras indústrias para o município, com destaque para a Companhia Brasileira de Estireno, Union Carbide do Brasil, Copebrás e Alba Química, como também da Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA), Carbocloro, Rhodia, Cimento Votorantim, Cargill, White Martins, entre outras. Vale mencionar que as atividades da COSIPA estimularam ainda mais o caráter industrial de Cubatão e o elevando como o maior polo da América Latina e do eixo de produção “energia-aço-petróleo”. Ademais, registre-se o complexo hidrelétrico Henry Borden, construído pela Light e gerido atualmente pela Empresa Metropolitana de Água e Energia (Emae), e a implantação de importantes infraestruturas, como de aquedutos para alimentar as turbinas da Usina e ainda de oleodutos para o transporte de óleo combustível e gás (GLP – Gás Liquefeito do Petróleo) entre Santos e São Paulo.

O distrito industrial comporta dezenas de grandes indústrias e abriga principalmente fabricantes de produtos petroquímicos, siderúrgicos, fertilizantes, adubos, ração, papel, siderurgia, tintas, entre outros (CIESP, 2016), sendo que significativa parte destes insumos tem como destino os terminais do Porto de

Santos para serem distribuídos e exportados no país e internacionalmente. Deste modo, o Polo de Cubatão tem relevante participação na movimentação de cargas no Porto de Santos e a existência deste complexo ao mesmo tempo em que produz riqueza e importante efeito econômico, por outro lado também é revelador de sérios **problemas ambientais**. Dentre os impactos sobressaem o descarte de efluentes industriais contendo substâncias tóxicas, principalmente nos cursos d'água da região, e as emissões de gases que agravam a qualidade do ar, solo, vegetação e biota em geral.

No caso dos eixos logísticos, a região é contemplada especialmente pelo **modal rodoviário** para o transporte de cargas e o deslocamento de pessoas, sobressaindo o complexo formado pela **Anchieta** (SP-150) e a **Imigrantes** (SP-160), que interligam a Baixada Santista com a capital paulista e o interior do estado. Ademais, destacam-se a rodovia **Mogi-Bertioga** (SP-98/Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro), conectando a RMSP com o Vale do Paraíba; a **Rio-Santos** (BR-101 e SP-55/Rodovia Manoel Hypólito ou Prestes Maia), que faz a ligação com o Litoral Norte e Sul de São Paulo; a rodovia **Padre Manoel da Nóbrega** (SP-055), articulação entre o Litoral Sul, o Vale do Ribeira e todo Mercosul; e, finalmente, a rodovia **Ariovaldo Viana** (SP-61), conectando os municípios do Guarujá e Bertioga. Conforme assinalado no início deste item, as informações referentes aos eixos logísticos podem ser vistas nos **Mapas de Equipamentos Urbanos, Infraestrutura e Estruturas Náuticas da APAM Litoral Centro - Setor Guaíba, Setor Carijô e Itaguaçu** deste Diagnóstico Técnico.

Registra-se que o transporte de cargas também é realizado por **malha ferroviária**, sendo uma parte formada pela antiga malha da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), sob concessão da MRS Logística S.A., e a outra parte pela antiga Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), atualmente concessionada da ferrovia Bandeirantes-Ferrobán. Esta malha articula o transporte de cargas da região com o estado e demais regiões, sobretudo com os estados do Centro Oeste e ainda dos países do Cone Sul (SÃO PAULO, 2011).

No que se referem às demais infraestruturas de transporte, destacam-se dois **aeroportos** existentes na região, localizados em Itanhaém e no Guarujá. No caso de Itanhaém, o Aeroporto Estadual Antônio Ribeiro Nogueira é administrado pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (DAESP) e, no Guarujá, pertence à Força Aérea Brasileira e encontra-se no Distrito Vicente de Carvalho. Registre-se que Itanhaém poderá se destacar com a ampliação do seu aeroporto e heliporto que são utilizados basicamente pela Petrobrás no transporte de passageiros e materiais para as plataformas de exploração localizadas na Bacia de Santos (INSTITUTO POLIS, 2012).

No que tange a **exploração de petróleo e gás**, vale a pena ressaltar suas atividades e infraestruturas instaladas, mesmo que elas não caracterizem uso direto do território da APAM Litoral Centro. As atividades acontecem no entorno da área de proteção e por isso podem ter interferência na qualidade ambiental, além de existir riscos de acidentes especialmente pela grande movimentação de embarcações da Petrobras e também devido à existência de um duto para o transporte de gás e condensado interligando a Plataforma de Merluzza com o município de Praia Grande, que passa pelos setores de Itaguaçu e Carijô. As estruturas vinculadas à exploração desses recursos podem ser examinadas detalhadamente no **Mapa de Atividades de Petróleo e Gás da APAM Litoral Centro**.

No caso do complexo de óleo e gás operado pela Petrobras e subsidiárias, sobressaem então a **Plataforma de Merluza**; o **Terminal Aquaviário de Santos** (operada pela Transpetro) que, segundo a empresa, funciona como regulador do estoque da produção de derivados, realizando a transferência e o recebimento de produtos transportados por navios; faz o abastecimento de bunker nos navios atracados no Porto; recebe e faz a expedição de produtos destinados tanto a **Refinaria Presidente Bernardes e Terminal de Cubatão**; e ainda encaminha o gás liquefeito de petróleo para as indústrias de GLP da região (PETROBRAS, 2016); O **gasoduto Merlução** passou a operar na região desde 1993 fazendo a ligação entre a Praia Grande e a Refinaria Presidentes Bernardes, em Cubatão. Deste modo, registre-se que a Refinaria também é conectada com a região do Porto de Santos até o Terminal Aquaviário de Santos.

Uma sistematização dos empreendimentos previstos na Baixada Santista, com exceção de Cubatão, foi organizada pela Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo. Desta forma, são previstos até 2025 importantes empreendimentos envolvendo especialmente o complexo portuário e a atividade de exploração do petróleo e gás na Baía de Santos, com investimentos previstos (públicos e privados) na ordem de R\$176 bilhões, quais sejam:

*“**Núcleo de Petróleo, Gás e Offshore** composto por investimentos em gasodutos, oleodutos e terminais marítimos; bases de apoio às operações em alto-mar e suas retroáreas; heliportos e aeroportos; estaleiros para a construção de embarcações de apoio, sondas e cascos de plataformas flutuantes; e canteiros para a fabricação de módulos para embarcações e plataformas e sua integração;*

***Núcleo de Complexos Portuários** com obras no Porto de Santos, ampliação de terminais, novos terminais de usos múltiplos ou dedicados para contêineres, granel sólido e líquido; serviços navais e estaleiros de reparos; obras de dragagem; e sistema de transporte hidroviário no Estuário;*

***Núcleo formado de Complexos Aduaneiros Complementares;** logística terrestre/infraestrutura de acesso aos portos (perimetrais de Santos, alcoodutos; pátios de apoio; prestadores de serviço onshore e offshore);*

***Núcleo complementar** com investimentos em refino de petróleo e coque; produtos químicos, transporte e armazenagem, cimento, fabricação de aço e derivados; máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos; peças e acessórios para veículos automotores” (SÃO PAULO, 2011).*

Outros empreendimentos de relevância na região e que introduzem novas dinâmicas de uso do território envolvem os **condomínios privados de grande porte**. Os loteamentos, sobretudo de alto padrão, têm sido instalados no Litoral Centro desde fins da década de 1970 e, dentre eles, merece destaque os empreendimentos imobiliários horizontais instalados na Riviera de São Lourenço (e mais recentemente os empreendimentos verticais), e ainda o loteamento Costa do Sol, na praia de Guaratuba, ambos no município de Bertioga.

Esses empreendimentos são em sua maioria destinados a residências de alto padrão para veraneio e vale mencionar que juntamente com o loteamento da Riviera também surgiram ocupações vizinhas que reúnem particularmente população de baixa renda e que formam atualmente a segunda maior favela do

município, a favela Indaiá com 430 domicílios, número contabilizado há mais de uma década (ALVES, 2009).

Deste modo, o loteamento na praia de São Lourenço estimulou o crescimento e a valorização do mercado imobiliário no município, sendo estimada uma população total de três mil habitantes, mas que aos finais de semana salta para mais de dez mil pessoas e nos períodos de férias e feriados totalizam mais de 45 mil (INSTITUTO POLIS, 2012). Atualmente o loteamento da Riviera possui 60% de sua área ocupada, existindo mais de 11 mil residências distribuídas entre duas mil casas e duzentos edifícios, um Shopping Center com cerca de cinquenta lojas, além de diversos serviços e comércios, como escolas, consultórios médicos e dentários, entre outros (RIVIERA DE SÃO LOURENÇO, 2016).

Além desses empreendimentos já destacados, há que se registrar também o Condomínio Hanga-Roa, em Indaiá, o Condomínio Costa do Sol, em Guaratuba, o Condomínio Morada da Praia, no bairro Boracéia e os Condomínios Bougainville I, II, III e IV em Peruíbe. Esses empreendimentos horizontais ocupam áreas extensas e se encontram distribuídos de forma mais dispersa em comparação aos loteamentos existentes nos demais municípios do Litoral Centro (INSTITUTO POLIS, 2012).

Ademais o município do Guarujá é outra localidade da APAMLC que possui importantes loteamentos e condomínios horizontais fechados, sobretudo daqueles localizados em áreas com remanescentes de Mata Atlântica, como na Serra do Guararu, entre eles, os loteamentos de Tijuco-pava, Taguaíba, Iporanga e São Pedro. Sobressaem também nesse município os condomínios do Jardim Guaiúba, Jardim Pernambuco, Jardim Albamar, Condomínio ParkLane, Condomínio Granville, Condomínio Pensínsula e Jardim Virgínea, áreas que concentram especialmente residências de médio a alto padrão, e ainda vale mencionar o condomínio do Jardim Acapulco. Registre-se que essas muitas dessas áreas, além de reunir imóveis de veraneio voltados para população de alta renda, implicaram em deslocamento de população tradicional, aumento de áreas ocupadas, crescimento de impactos diversos sobre recursos hídricos e vegetação (INSTITUTO POLIS, 2012).

3.3.1.3 SANEAMENTO BÁSICO: ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E GESTÃO DE RESÍDUOS

Os oito municípios do Litoral Centro possuem características semelhantes quanto ao esgotamento sanitário, abastecimento de água e gestão de resíduos sólidos, a não ser em alguns casos que a acessibilidade a esses serviços se apresenta mais precário. Os dados sobre o esgoto e a coleta de resíduos podem ser identificados no **Mapa de Esgotamento Sanitário 2010 APAM Litoral Centro**.

Os dados disponíveis sobre o saneamento básico e que envolvem informações gerais desses serviços podem revelar não apenas as condições de infraestrutura urbana dos municípios, como também aspectos que interferem diretamente nas condições e qualidade de vida da população. No caso de municípios litorâneos que ainda recebem importante **aporte populacional em período de temporada**, estas **infraestruturas acabam sobrecarregadas** e afetam o atendimento dos serviços básicos de um modo geral.

O quadro do saneamento na região da Baixada Santista indica um atendimento satisfatório para alguns tipos de serviços e que alguns municípios possuem melhor cobertura da rede, além da qualidade do atendimento. Os **bairros mais próximos à orla marítima** são ocupados geralmente por moradores de renda mais alta ou domicílios de temporada e que **possuem melhor acesso** aos serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto e do lixo.

Os dados sobre o esgotamento sanitário foram consultados no Censo Demográfico do IBGE (1991/2000/2010) e mesmo que possam ser considerados desatualizados e uma lacuna para um inventário mais preciso, o levantamento fornece um panorama da cobertura nos municípios, bem como o percentual de domicílios atendidos, sua evolução durante o período e o tipo de destino utilizado.

O **sistema de esgoto é predominantemente** realizado em **rede de coleta** nos municípios centrais da Baixada Santista, ou seja, em Santos, São Vicente e Guarujá a maior parte dos domicílios é coberta pela rede, computando, respectivamente, 95%, 87% e 78%, como ilustra a **Tabela 3.3.1.3-1**. O município santista, por exemplo, possui proporcionalmente mais domicílios conectados à rede coletora do que a média registrada no estado (90%). Conforme pode ser visto no **Mapa de Esgotamento Sanitário 2010 APAM Litoral Centro**, a região possui alta concentração de domicílios com coleta de esgoto na porção da orla marítima e, especialmente no núcleo central como já mencionado.

Tabela 3.3.1.3-1 – Cobertura do Esgotamento Sanitário nos Municípios da APAM Litoral Centro (%) – 1991/2010

Localidade	1991	2000	2010
Bertioga	NA	19	31
Guarujá	75	72	78
Itanhaém	5	15	24
Mongaguá	-	19	33
Peruíbe	4	9	38
Praia Grande	25	57	72
Santos	87	94	95
São Vicente	38	66	87
Estado de SP	81	86	90

Fonte: Censo Demográfico 1991/2000/2010; Fundação SEADE, 2016.

São Vicente apresentou expressiva melhora neste atendimento ao longo do período analisado, indo de uma cobertura de 38 % a 87% em duas décadas. Por outro lado, alguns municípios, como **Bertioga, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe** ainda apresentam sérias **deficiências** quanto a este tipo de serviço, revelando assim a **precariedade ambiental e sanitária** desses municípios. A necessidade de implantação de estruturas eficientes para a coleta e o tratamento do esgoto doméstico e industrial é urgente nesses municípios litorâneos tendo em vista a série de impactos relacionados ao lançamento direto nos cursos d'água e nos sistemas vinculados aos manguezais que deveriam ser conservados.

Os déficits na coleta de esgoto e da conexão às redes pluviais são geralmente encontrados em áreas de assentamentos irregulares, sendo observada também a carência de outras diversas infraestruturas e equipamentos urbanos.

A **Tabela 3.3.1.3-2** exibe o destino final do esgoto nos oito municípios e no estado de São Paulo. Ao observar os dados é possível notar que uma importante parte dos domicílios em Bertioga e Peruíbe destina seu esgoto diretamente em fossas sépticas e rudimentares, demonstrando a precariedade em relação à coleta. Ademais, também são encontrados casos de domicílios que destinam o esgotamento em valas e até mesmo diretamente nos rios ou mar, exemplo do Guarujá que lança pelo menos 4% do esgoto desta forma. A esse respeito deve ser ressaltada a falta de infraestrutura de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, ausência e/ou precariedade na captação de água, entre outros serviços públicos em áreas de relevante interesse ecológico e cultural existentes nesse município, como o que ocorre na Prainha Branca, localizada na Ponta da Armação, classificada como Área de Manejo Especial (AME) na APA Marinha Litoral Centro e como APA Municipal (terrestre) no Guarujá. Os efluentes domésticos, por exemplo, são dispostos individualmente e de forma difusa pelas moradias e estabelecimentos comerciais, ora *in natura* no solo, ora em valetas ou nas próprias vias a céu aberto ou protegidas por concreto. A carga orgânica gerada pelos efluentes é direcionada para área da lagoa no centro da Prainha Branca, impactando significativamente o ambiente e a qualidade de vida da população local (PETROBRAS, 2012). Vale mencionar que esta localidade além de ser importante área natural também abriga comunidades tradicionais que merecem especial atenção no Plano de Manejo da APAM Litoral Centro.

Tabela 3.3.1.3-2 – Destino Final do esgoto nos Municípios da APAM Litoral Centro (%) – 2010

Município	Rede Geral	Fossa Séptica	Fossa Rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro tipo	Não Possuíam
Bertioga	30,8	48,27	12,23	4,83	0,79	3,38	0,16
Guarujá	77,9	5,52	4,23	6,78	4,49	0,89	0,13
Itanhaém	24,4	57,54	9,44	7,71	0,39	0,58	0,18
Mongaguá	32,6	54,17	8,6	4,24	0,25	0,2	0,05
Peruíbe	38	44,62	14,99	1,28	1,02	0,28	0,28
Praia Grande	72,53	21,26	1,38	3,4	0,96	0,42	0,05
Santos	95,2	0,77	0,15	1,29	2,36	0,14	0,07
São Vicente	87	4,87	1,66	2,77	2,73	0,97	0,08
Estado de SP	86,73	4,71	4,69	1,01	2,38	0,41	0,07

Fonte: Censo Demográfico 2010; Fundação SEADE, 2016.

De todo modo, há que se considerar também o **transporte dos efluentes pelos emissários submarinos**, que segundo o Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), tem trazido alguns impactos devido ao seu descarte nas áreas da APAM Litoral Centro. Além disso, o estudo aponta que a região tem sido impactada por outras atividades poluidoras, entre elas, o descarte de esgoto das embarcações atracadas no Porto, como também do óleo e demais componentes utilizados nos navios, água de lastro,

efluentes vinculados aos condomínios residenciais e de outros imóveis e, ainda, das demais atividades portuárias.

Já o abastecimento de água na região da Baixada Santista é bastante satisfatório e um pouco acima da média do estado de São Paulo, salvo os municípios de Itanhaém e Peruíbe, conforme pode ser visualizado na **Tabela 3.3.1.3-3**. A evolução do atendimento a este serviço entre 1991 e 2010 sinaliza a melhoria neste tipo de infraestrutura já que **quase a totalidade dos domicílios permanentes está conectada a rede geral de abastecimento**, apesar de ainda serem encontrados problemas em áreas de ocupações mais esparsas e ser discutível para alguns especialistas a qualidade da água oferecida para alguns setores de municípios, como Santos e São Vicente, por exemplo. Deste modo, pode-se inferir que o abastecimento público de água potável na região é adequado, porém deve ser lembrado que nos **períodos de pico populacional** vinculado ao grande **fluxo de turistas** na RMBS o serviço pode apresentar **deficiências na sua cobertura**. Além disso, cabe mencionar que os domicílios que não recebem atendimento da rede pública de serviços utilizam outras formas de abastecimento, como cisternas e caminhão pipa, entre outros.

Tabela 3.3.1.3-3 – Cobertura do Abastecimento de Água nos Municípios da APAM Litoral Centro (%) – 1991/2010

Localidade	1991	2000	2010
Bertioga	NA	97,67	99,68
Guarujá	95,39	98,46	99,17
Itanhaém	86,72	94,02	97,28
Mongaguá	80,16	94,9	99,2
Peruíbe	82,96	96,74	98,85
Praia Grande	94,17	99,07	99,69
Santos	99,01	99,62	99,8
São Vicente	91,49	99,55	99,71
Estado de SP	96,15	98,9	99,66

Fonte: Censo Demográfico 1991/2000/2010; Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

Já no que tange os **serviços de coleta de resíduos sólidos**, os dados apontam que o atendimento existe em praticamente todos os domicílios dos municípios do Litoral Centro. Somente Peruíbe e Itanhaém não possuem taxa de cobertura igual ou superior à média estadual, como indica a **Tabela 3.3.1.3-4**. De acordo com os Censos do IBGE (1991, 2000 e 2010), nota-se a melhoria do serviço em todos os municípios durante o período avaliado, sendo que apenas Santos contava com atendimento adequado ainda na década de 1990. O **Mapa de Coleta de Lixo 2010 APAM Litoral Centro** ilustra a distribuição do serviço em todos os municípios da APAM Litoral Centro, revelando que o alcance da coleta ocorre predominantemente nos trechos mais próximos à faixa costeira.

No caso da cobertura da coleta por município deste setor litorâneo, constata-se que os municípios mais populosos, isto é, Santos, São Vicente e Guarujá produzem maior quantidade de resíduos, estimados

entre 9 e 17 mil toneladas mensais. A produção diária dos resíduos sólidos nesses municípios é equivalente à média nacional de 1,1 kg/hab/dia, no entanto nos meses de alta temporada a produção chega a duplicar em alguns casos, como no Guarujá que salta de 9 para 17 toneladas/mês (INSTITUTO POLIS, 2012).

A destinação final é realizada em sua maior parte em aterro sanitário localizado em Santos, pelo menos por este município e Guarujá, sendo a reciclagem ainda pouco relevante em ambas as localidades, chegando a menos de 2% do total coletado. Já em São Vicente, a disposição é feita em aterro sanitário localizado no município de Mauá em São Paulo (é também destino final de Itanhaém), o que implica em custos elevados tendo em vista que o antigo lixão de São Vicente foi transformado no Parque Ambiental Sambaiatuba. Atualmente no parque é desenvolvida uma série de programas sociais e ambientais com a inclusão de catadores em cooperativas e uma central de triagem de materiais recicláveis, o que recupera 12% dos resíduos gerados (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2016).

Vale mencionar que a coleta de resíduos gerados na área do Porto de Santos é feita por empresa terceirizada por meio de caçambas, bem como a limpeza das vias públicas e áreas internas da administração portuária (PGIRS, 2012). Posteriormente, os resíduos são destinados ao aterro sanitário do Sítio das Neves. Há que se destacar ainda a coleta de material flutuante que antes era retirado por embarcações de catamarãs e encaminhado a píeres específicos e transportados para a Estação de Transbordo e ao aterro sanitário. Conforme ilustrado pelo Instituto Polis (2012), Santos dispunha até 2003 os “resíduos em aterro controlado situado no Bairro Alemoa, quando este foi interditado pela CETESB. Com o encerramento das atividades do aterro, o município promoveu a contratação dos serviços de empresa terceirizada, voltados à coleta e à disposição final dos resíduos em aterro sanitário licenciado, localizado na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, próximo ao km 254, no Bairro Sítio das Neves. Esta unidade de disposição final recebia resíduos de outros seis municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista. Para otimizar as viagens dos caminhões coletores, foi instalada a estação de transbordo em área contígua ao antigo aterro, no Bairro Alemoa, visando a transferência dos resíduos dos veículos coletores para veículos de maior capacidade” (INSTITUTO POLIS, 2012).

Tabela 3.3.1.3-4 – Cobertura da Coleta do Lixo nos Municípios da APAM Litoral Centro (%) – 1991/2010

Localidade	1991	2000	2010
Bertioga	NA	97,67	99,68
Guarujá	95,39	98,46	99,17
Itanhaém	86,72	94,02	97,28
Mongaguá	80,16	94,9	99,2
Peruíbe	82,96	96,74	98,85
Praia Grande	94,17	99,07	99,69
Santos	99,01	99,62	99,8
São Vicente	91,49	99,55	99,71
Estado de SP	96,15	98,9	99,66

Fonte: Censo Demográfico 1991/2000/2010; Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

Nos demais municípios do Litoral Centro, a geração de resíduos também é ampliada significativamente nos meses de temporada (dezembro a março; e julho) com o aumento de turistas. Neste caso, Praia Grande observa um salto expressivo na produção de resíduos tanto por influência do fluxo de pessoas atraídas para veraneio como também do crescimento urbano que o município apresentou nas últimas décadas. De acordo com o Instituto Polis (2012), estes fatores têm contribuído para o aumento de até 5% da produção de lixo anualmente nesta cidade. De todo modo, um aspecto positivo envolve a coleta seletiva, que atinge cerca de 20% nessa localidade, a maior em todo Litoral Centro.

Vale lembrar que em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10), os municípios brasileiros devem elaborar planos de gerenciamento de resíduos, sendo observado que praticamente todos os municípios já possuem tais instrumentos elaborados, salvo os municípios de Bertioxa e Mongaguá que ainda estão em processo de finalização dos respectivos planos de gestão integrada de resíduos sólidos.

■ **Conflitos e Impactos Ambientais**

O uso e ocupação do Litoral Centro Paulista resulta da incorporação de antigas e novas áreas para o desenvolvimento das atividades produtivas, assim como para a moradia da população, ora valorizando determinadas áreas ora segregando outras porções deste extenso território litorâneo. Nem sempre esses usos ocorrem de forma harmoniosa e, deste modo, um amplo diagnóstico dos principais conflitos e impactos ambientais envolvendo os diversos atores locais e regionais faz se necessário para revelar as questões prioritárias para superar os problemas identificados.

A análise dos diversos aspectos urbanos, ambientais, econômicos e sociais possibilita revelar os pontos críticos que incidem neste território, como também evidencia as interações existentes entre os diferentes atores. Neste contexto, o Diagnóstico Técnico e o Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) identificam uma série de impactos na APAM Litoral Centro, sendo parte deles tratados com mais ênfase em alguns tópicos específicos deste estudo (caso das atividades pesqueiras e de turismo, por exemplo). Dentre os principais conflitos observados destacam-se os seguintes aspectos:

- Expansão urbana e especulação imobiliária: grandes empreendimentos em geral, sobretudo os imobiliários, e de assentamentos irregulares, clandestinos e precários;
- Segregação socioespacial – déficit habitacional;
- Alta densidade nas ocupações precárias;
- Ocupação em encostas e áreas irregulares;
- Pressão gerada com intenso contingente de população flutuante formado durante o período de férias e feriados;

- Disparidade de equipamentos e infraestrutura urbana entre os bairros;
- Precariedade dos serviços de esgotamento e de reciclagem na coleta seletiva;
- Implantação de grandes empreendimentos (novos) e de atividades associadas ao Porto de Santos e à exploração do petróleo e gás;
- Intensa movimentação de embarcações de cargas, passageiros e navios da Petrobras;
- Impactos em áreas de manguezais e mananciais;
- Poluição dos cursos d'água e do mar;
- Desmatamento;
- Poluição do ar promovida pelo grande contingente de caminhões e navios na área portuária, a elevação da poeira dos grãos no porto e a poluição atmosférica no polo industrial Cubatão;
- Pressão sobre a Mata Atlântica advinda da duplicação e da poluição do ar;
- Pressão econômica (pesca industrial) e biológica (poluição das águas) sobre os pescadores artesanais;
- Poluição das águas por contaminantes, óleos e produtos decorrentes de acidentes no Porto de Santos.

Os conflitos selecionados por segmentos específicos que atuam na APAM Litoral Centro também merecem ser aqui destacados tendo em vista que algumas atividades realizadas por esses atores muitas vezes são diretamente impactadas com a expansão ou o próprio desenvolvimento de outras atividades. A esse respeito vale registrar os aspectos mais perceptíveis indicados pelos segmentos vinculados a pesca artesanal e industrial, turismo e esportes náuticos, como também do setor industrial, das organizações não governamentais, das áreas com relevante interesse (AME Prainha Branca), entre outros.

Para os atores associados à **pesca artesanal** deste setor litorâneo os conflitos predominantes estão relacionados à expansão da urbanização com a implantação de **empreendimentos residenciais** formados por grandes condomínios, aumento na produção de **esgoto e resíduos sólidos** (como também do tratamento e dos emissários), especialmente em atividades envolvendo o **Porto de Santos** (sobretudo nas áreas de cais e da marina, como das rotas dos navios que atracam no porto) e ainda as atividades de **prospecção de petróleo e gás** (plataforma de Merluza no município de Praia Grande). Conforme assinalado no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014), a exploração de óleo e gás ocorre fora da área da APAMLC. Porém a intensa circulação de embarcações na zona costeira afeta diretamente a atividade pesqueira e o duto da Petrobras para o transporte de gás e condensado entre a

plataforma e o continente também tem interferido na pesca artesanal realizada no setor Itaguaçu e no setor Carijó.

No caso da **pesca industrial**, a **especulação imobiliária** ocorrida em algumas áreas do litoral tem sido um dos problemas mais perceptíveis para este segmento, além dos **impactos em manguezais, estuários e no Canal de Bertioga**. Ademais, a **exploração e produção de petróleo** na Baía de Santos, expansão do **Porto** e da intensa movimentação de embarcações (riscos de acidentes, poluição sonora, descarte de materiais químicos, esgoto, entre outros), as **atividades náuticas de recreação** e a **falta entendimento** com os **pescadores artesanais** e de **fiscalização** em geral também são apontadas como interações negativas. Mesmo não sendo entendido como um conflito direto, a insuficiência de fábricas de gelo também tem sido um aspecto que merece atenção tendo em vista o seu importante apoio para o desenvolvimento desta cadeia produtiva e atendimento da atividade pesqueira de grande escala.

Já para o segmento do **turismo e esportes náuticos**, os fatores que mais sobressaem como negativos dizem respeito às interações entre a **pesca amadora** e a **industrial**, como também o **arrasto de camarão** e os impactos da **atividade portuária** (expansão do Porto, poluição e contaminação, área de fundeio, destruição de manguezais e da área costeira na cabeça do Dragão, entre outras). A esse respeito registre-se que a AME Ilha da Moela integra com outras áreas litorâneas importante rota para a realização das atividades náuticas, sendo também um dos locais que merecem relevância para o zoneamento ambiental e plano de manejo da APAM Litoral Centro.

Para o grupo formado por interesses difusos, organizações não governamentais e instituições de pesquisa (além do próprio poder público) os conflitos mais presentes no Litoral Centro estão relacionados às **deficiências** existentes na **gestão de resíduos sólidos** e nos **serviços públicos de esgotamento sanitário** (coleta, tratamento e destinação, como também da disposição dos emissários); as **ocupações irregulares** que trazem diversos impactos ambientais, sobretudo daqueles associados a poluição e ao esgoto doméstico; **empreendimentos** no entorno das Unidades de Conservação Ambiental, como **marinas instaladas no Canal de Bertioga, condomínios residenciais** (exemplos no Guarujá com o condomínio Iporanga, Taguaíba e São Pedro, como também em São Vicente com a comunidade Japuí e Parque Prainha); **atividades pesqueiras de todos os tipos** que interferem na APAM, com destaque para o arrasto de camarão e de petrechos abandonados; conflitos gerados entre **banhistas e praticantes de esportes náuticos**; e, finalmente, as **áreas de fundeio** de navios que impactam o setor Itaguaçu e a Laje de Santos (água de lastro, dragagem do Porto, diminuição da Ponta da Praia e Praia do Góes).

Finalmente, devem ser ressaltadas as **Áreas de Manejo Especiais (AMEs)**, representadas pela **AME Prainha Branca** e **AME Ilha da Moela**, ambas no município de Guarujá, e que têm sofrido algumas ameaças. Essas duas AMEs constituem rico território em biodiversidade e demais recursos naturais. Para a AME Prainha Branca ainda deve ser considerada a existência de comunidades tradicionais que residem na área e simbolizam importante vínculo com o território e de seu modo de vida. De acordo com estudos sobre essas localidades, os impactos mais destacáveis na Prainha Branca dizem respeito à falta de infraestruturas adequadas, especialmente de saneamento básico (coleta e tratamento de esgoto doméstico, abastecimento de água e coleta de resíduos), como também de ações que estimulem o pleno desenvolvimento de um turismo sustentável. Além disso, também são relevantes os problemas

envolvendo a pesca predatória, poluição sonora, especulação imobiliária e de problemas sociais relacionados ao consumo e tráfico de drogas e ainda a falta de articulação dos moradores locais. No caso da AME Ilha da Moela, as questões prioritárias compreendem os impactos diretos e indiretos que afetam a qualidade ambiental da ilha e nas áreas de seu entorno (PETROBRAS, 2012; 2014).

3.3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL

3.3.2.1 DINÂMICA POPULACIONAL

O perfil demográfico no Litoral Centro é caracterizado por uma **população predominantemente urbana**, sendo a maioria residente em cidades de médio porte, como Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande. O crescimento das oito cidades se deu de forma diferenciada, mas a maior parte observou um salto populacional a partir da década de 1980 e 1990, exceto por Santos e Guarujá que presenciaram um crescimento mais significativo em décadas anteriores e Bertioga que tem verificado expansão mais recente, sobretudo desde fins dos anos 1990. O município santista como é a principal centralidade da Baixada influencia expressivamente a mobilidade das pessoas nessa região, atraindo importante contingente para o trabalho, estudo e no consumo de muitos serviços e produtos existentes no município.

A dinâmica populacional permite compreender o comportamento demográfico regional e assim diagnosticar o quadro atual do Litoral Centro, como também prever alguns cenários futuros. Há que se considerar o **impacto da população flutuante** durante o ano em todos os municípios e, sobretudo, daqueles que possuem a economia voltada basicamente para o turismo com destaque para a **Praia Grande, Guarujá e Bertioga**, como poderá ser visto adiante neste diagnóstico. Em praticamente todas as cidades, a população chega a dobrar causando diversos impactos nos serviços e infraestrutura urbana (rede de transportes, esgotamento, abastecimento de água, energia elétrica, coleta seletiva, entre outros). Ademais, deve ser levada em conta a questão ambiental especialmente com a elevada produção de resíduos sólidos e geração de esgoto que acabam causando uma série de problemas de insalubridade para os municípios, áreas marítimas e mananciais.

A maior parte da população reside nas porções insulares da Ilha de São Vicente e da Ilha de Santo Amaro e, em 2015, o Litoral Centro reunia um pouco mais de 1,6 milhões habitantes, o que representava 3,7% do total populacional no estado de São Paulo. Conforme pode ser visto na **Tabela 3.3.2.1-1**, Santos concentra o maior contingente dentre os demais municípios, seguido por Guarujá, São Vicente e Praia Grande. Os outros municípios são considerados de pequeno porte com população de até 100 mil pessoas, sendo Itanhaém o mais populoso entre eles e, posteriormente, Peruíbe, Bertioga e Mongaguá.

Tabela 3.3.2.1-1 – Evolução da População Total nos Municípios da APAM Litoral Centro – 1980/2015

Localidade	1980	1991	2000	2010	2015
Bertioga	NA	NA	29.771	47.462	55.660
Guarujá	150.347	208.818	264.235	290.526	303.376
Itanhaém	27.245	45.619	71.694	86.919	92.956
Mongaguá	9.828	18.781	34.897	46.186	50.603
Peruíbe	18.241	32.676	51.237	59.698	62.977
Praia Grande	65.374	122.354	192.769	261.391	290.918
Santos	416.418	428.421	417.975	419.388	423.579
São Vicente	191.997	267.445	303.199	332.193	345.231
Litoral Centro	879.450	1.124.114	1.365.777	1.543.763	1.625.300
Estado de SP	24.953.238	31.436.273	36.974.378	41.223.683	43.046.555

Fonte: Censo Demográfico 1991/2000/2010; Estimativa IBGE, 2016; Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

Já ao analisar a evolução da população nesta região ao longo de três décadas é possível **identificar o crescimento em todas as localidades** e em algumas **a expansão foi mais notável, caso de Itanhaém e Praia Grande**, que tiveram um salto da população entre 1980 e 2015 em 415% e 345%, respectivamente, ou seja, taxas efetivamente superiores à média regional e estadual que são de 85% e 73%. Para efeitos de comparação, Santos apresentou um crescimento populacional de apenas 2% para o mesmo período.

A projeção para 2030 da população total da Baixada Santista (incluindo Cubatão) é estimada em 1.957.612 habitantes, o que deverá equivaler a 4% da população do estado de São Paulo, ou seja, a região deverá apresentar um incremento populacional, indicando que o Litoral Centro deverá atrair mais população e agregar um contingente mais significativo do que no período atual (SEADE, 2016).

Como tendência nacional e mundial, este setor litorâneo também verifica o **envelhecimento da população**, a **redução da taxa de fecundidade** e a presença mais efetiva de **mulheres na composição da população em geral**. A distribuição etária tem passado por transformações ao longo das décadas, sendo percebido o aumento da população idosa em relação aos demais grupos em todos os municípios, sobretudo em Mongaguá e Praia Grande. Vale mencionar que Santos concentra o maior contingente de idosos, mas a taxa de envelhecimento tem sido maior nesses outros dois municípios.

No total do Litoral Centro, a faixa etária que mais obteve crescimento entre 1980 e 2015 foi daquela mais idosa (75 anos ou mais), com aumento de 392% para o período, ou seja, também é observado o **envelhecimento da própria população idosa (Tabela 3.3.2.1-2)**. Essa transição demográfica é produto de vários fatores, como da melhoria da área de saúde em geral que impacta positivamente na qualidade de vida da população, da redução das taxas de fecundidade e mortalidade, melhorias das condições sanitárias, alimentares, entre outros. Ao mesmo tempo, a transição populacional pressupõe uma série de

mudanças no perfil social e o atendimento de demandas voltadas a maior expectativa de vida, incluindo principalmente os serviços de saúde e de previdência social.

Tabela 3.3.2.1-2 – Grandes Grupos por Faixa Etária nos oito municípios da APAM Litoral Centro – 1980/2015

Idade	1980	1991	2000	2010	2015
0 a 4 Anos	111.396	103.953	117.448	102.547	113.185
5 a 9 Anos	88.732	114.854	113.550	109.207	103.548
10 a 14 Anos	82.893	113.818	119.463	126.222	111.034
15 a 19 Anos	87.021	102.279	131.080	120.762	129.831
20 a 24 Anos	87.339	99.238	126.686	123.331	127.133
25 a 29 Anos	78.457	98.858	113.336	130.017	128.632
30 a 34 Anos	64.908	92.312	105.839	125.737	132.312
35 a 39 Anos	53.949	83.329	103.106	114.525	126.520
40 a 44 Anos	48.897	68.558	93.725	107.302	114.256
45 a 49 Anos	42.566	54.602	80.790	101.818	106.222
50 a 54 Anos	37.299	47.437	65.387	93.116	99.882
55 a 59 Anos	30.902	41.114	51.274	80.599	90.190
60 a 64 Anos	22.847	36.428	44.508	64.073	76.493
65 a 69 Anos	17.429	27.281	36.303	49.110	59.153
70 a 74 Anos	11.917	17.907	28.742	38.531	43.440
75 Anos e Mais	12.898	22.146	34.540	56.866	63.469
Total	879.450	1.124.114	1.365.777	1.543.763	1.625.300

Fonte: Censo Demográfico 1980/1991/2000/2010; Estimativa IBGE, 2016; Fundação SEADE, 2016.

A taxa geométrica de crescimento é outro importante indicador para a compreensão da dinâmica demográfica e das possíveis transformações no território devido aos processos de urbanização e expansão no caso de efetivo crescimento populacional. Os dados revelam que os municípios com **menor contingente populacional** do Litoral Centro (com exceção de Praia Grande que tem maior porte) foram os que apresentaram as **mais altas taxas de crescimento anual** da população entre 1980/1991 e 1991/2000. Por outro lado, Santos e Guarujá que já possuíam um porte populacional significativo não verificaram um ganho relevante para o período e mesmo na década seguinte, como pode ser observado na **Tabela 3.3.2.1-3**. De todo modo vale mencionar que os **índices mais recentes apontam** que a **população na região tem crescido acima da média estadual**, sobretudo em **Bertioga, Praia Grande e Mongaguá**.

Tabela 3.3.2.1-3 – Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População nos Municípios do Litoral Centro – 1980/2015 (em % a.a.).

Localidade	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Bertioga	NA	11,36	4,77
Guarujá	3,03	2,65	0,95
Itanhaém	4,79	5,15	1,94
Mongaguá	6,06	7,13	2,84
Peruíbe	5,44	5,13	1,54
Praia Grande	5,86	5,18	3,09
Santos	0,25	0,02	0,03
São Vicente	3,05	1,4	0,92
Estado de SP	-	1,82	1,09

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

No que tange a mobilidade populacional segundo a migração, verifica-se que o Litoral Centro é **uma região de atração populacional** de um modo geral tendo em vista que a maior parte dos municípios apresenta saldo migratório positivo, sobretudo também quando avaliada a taxa anual de migração, como indica a **Tabela 3.3.2.1-4**. Dentre os períodos de análise, os anos 2000 **marcaram a maior dinâmica populacional**, com destaque para **Bertioga, Praia Grande e Mongaguá** que receberam importante fluxo de pessoas segundo o levantamento aqui apresentado. Bertioga, por exemplo, possuía 83,55 migrantes ao ano por mil habitantes em 2000, bastante superior aos demais municípios da Baixada Santista e do estado de São Paulo. Já os municípios centrais apresentaram redução desta variável e também taxas negativas ao longo dos anos, mas a evasão tem sido atenuada entre 1991 e 2010, principalmente em Santos. No que se refere à origem dos migrantes, estudos apontam que expressiva parcela desta população é proveniente do estado de São Paulo, incluindo aí um movimento intrametropolitano da própria região da Baixada Santista (JAKOB, 20013).

Registre-se que a **migração é um importante indicador de configuração socioespacial** dos lugares, revelando alguns dos principais processos de transformação territorial e de distribuição da população ao ser relacionada com a expansão urbana das cidades, sobretudo em regiões metropolitanas como da Baixada Santista. As principais dinâmicas de mobilidade populacional ocorrem preferencialmente no núcleo central dessas regiões, onde estão instaladas a maior parte dos empreendimentos, equipamentos e serviços e, neste caso, a centralidade exercida por Santos reafirma a posição de destaque do município como polo do Litoral Centro, e especialmente dos municípios em seu entorno.

Tabela 3.3.2.1-4 – Saldo Migratório nos Municípios da APAM Litoral Centro – 1991/2010

Localidade	Saldo Migratório			Taxa Anual de Migração (por mil habitantes)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Bertioga	NA	1.716	1.120	NA	83,55	29,01
Guarujá	1207	2.314	- 657	6,78	10	-2,37
Itanhaém	912	2.107	746	25,66	36	9,4
Mongaguá	578	1.480	782	42,12	55	19,29
Peruíbe	812	1.389	168	32,98	33	3,03
Praia Grande	3.764	5.819	4.674	42	37	21
Santos	- 4.155	- 2.198	- 1.349	-10	-5	-3
São Vicente	2.532	261	-132	11	0,91	-0,41
Litoral Centro	5.650	12.888	5.352			
Estado de SP	53.352	147.443	47.265	1,9	4,31	1,21

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

Além da migração, os **deslocamentos pendulares** realizados por centenas e até milhares de pessoas servem como vínculo das relações que determinam o processo de urbanização, e no caso de regiões metropolitanas como da Baixada Santista, a estruturação da rede urbana se configura com uma continuidade territorial, notadamente como uma grande malha urbana (IBGE, 2015). De acordo com o estudo do IBGE (2015), a **Baixada Santista possui um dos maiores volumes de pessoas que se deslocam para a realização de estudos e/ou trabalho de todo o país**, envolvendo um fluxo de mais de **161 mil pessoas diariamente**, sendo estimado que 30% dos residentes de Santos realizam esses deslocamentos. Além disso, a pesquisa aponta que cerca de 11.300 moradores do município santista se deslocam para trabalho e estudo até a capital paulista, e em contrapartida, um pouco mais de 123 mil pessoas do Guarujá, São Vicente, Praia Grande e Cubatão se dirigem a Santos para os mesmos fins.

Vale destacar que essa movimentação ao mesmo tempo em que revela o poder de influência dos lugares gera uma série de transformações para a região e os municípios para onde o fluxo é atraído, **gerando impactos** especialmente no que se refere aos **serviços públicos, na mobilidade interurbana, como outras questões**. A esse respeito deve ser somada a questão do enorme volume populacional vinculado ao turismo de temporada, que atraídos, principalmente durante os períodos de férias e em dias de feriado, se deslocam para a região litorânea transformando a dinâmica local em diversos aspectos, assim como impactando o atendimento e cobertura dos serviços de esgoto, coleta, abastecimento de água, entre outros.

3.3.2.2 VULNERABILIDADE SOCIAL

Ao mesmo tempo em que a economia da Baixada Santista se demonstra dinâmica sob diversos aspectos, e especialmente pelo desenvolvimento das atividades vinculadas ao Porto de Santos, do turismo de temporada, da pesca e da promissora atividade de exploração de petróleo e gás, por outro lado, a região ainda possui vários problemas sociais que afetam diretamente a vida da população, sobretudo dos residentes fixos no Litoral Centro. A esse respeito, merece atenção a **população caiçara**, com destaque para os diversos grupos de pescadores artesanais e outros habitantes que vivem em pequenos núcleos espalhados pelo litoral paulista, inclusive neste setor, mas que atualmente também combinam uma série de outras atividades para a complementação da renda familiar (ver **Mapa de Cultura Caiçara da APAM Litoral Centro**). Além de serem importantes atores para a gestão da APAM, esses grupos tiveram papel fundamental na ocupação do território do Litoral Centro e desta forma são caracterizados detalhadamente em um item específico neste Diagnóstico Técnico (**3.3.1.6 Comunidades Tradicionais**).

É neste panorama de vulnerabilidade que a renda pode ser considerada um aspecto sensível para expressiva parte da população local tendo em vista a sua desigual distribuição no território, assim como entre a população. Como já salientado neste estudo, a **população mais pobre está concentrada nas áreas periféricas e continentais dos municípios**, sendo esta segregação ainda mais nítida em algumas localidades, como São Vicente, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe que possuem expressivo contingente vivendo em bolsões de pobreza limitados em trechos da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega (SP-055). Ademais, o Guarujá possui um grande bolsão de população de baixa renda situado no bairro Vicente de Carvalho, na margem esquerda ao Porto, além de outros diversos núcleos precários espalhados neste município. Como também já destacado anteriormente, esses assentamentos são áreas mais adensadas e instalados normalmente em **terrenos de grande fragilidade ambiental**, pressionando substancialmente os recursos naturais e reduzindo a qualidade de vida ao apresentar também uma série de deficiências de infraestrutura e de equipamentos.

No caso da renda *per capita* é possível identificar uma significativa melhoria ao longo de 10 anos, com destaque para São Vicente que dobrou a renda, como aponta a **Tabela 3.3.2.2-1**. Registre-se que a composição da renda é avaliada segundo a razão entre a soma da renda mensal dos membros da família com 10 anos ou mais no mesmo domicílio pelo total de indivíduos residentes no domicílio, sendo estipulado como base o salário mínimo de R\$ 510,00, vigente em 2010. Como pode ser visto, Santos possui a maior renda *per capita* dentre os demais, totalizando R\$1.364,92 em 2010, e o único município com valor superior a média estadual de R\$853,75. Os outros sete municípios do Litoral Centro possuem renda *per capita* entre R\$ 542 e R\$ 661, sendo Mongaguá e Itanhaém aqueles com os menores valores.

Tabela 3.3.2.2-1 – Renda per Capita nos Municípios da APAM Litoral Centro (em reais correntes) – 2000/2010

Localidade	2000	2010
Bertioga	336,73	617,07
Guarujá	308,04	602,13
Itanhaém	283,88	557,63
Mongaguá	302,00	542,11
Peruíbe	312,57	589,26
Praia Grande	377,5	663,09
Santos	724,8	1.364,92
São Vicente	329,18	661,48
Estado de São Paulo	440,92	853,75

Fonte: Fundação SEADE, 2016. A série foi calculada com o salário mínimo de 2010 (R\$ 510,00), valor corrigido com base no INPC de julho de 2010.

A distribuição de renda também pode ser medida a partir do **Índice de Gini**, que avalia o grau de desigualdade segundo a renda domiciliar *per capita* e que vai de zero (não há desigualdade) a um (a desigualdade é considerada extrema). No caso do Litoral Centro, observa-se que o índice variou entre os oito municípios durante o período de duas décadas, como pode ser visto na **Tabela 3.3.2.2-2**. Para Bertioga, Guarujá, Mongaguá e Santos, o índice de Gini apresentou piora, mesma situação encontrada para o estado e a capital paulistana. Em todo caso vale salientar que Bertioga e São Vicente são os municípios deste setor litorâneo que possuem os melhores índices de acordo com os dados apresentados.

Já em Itanhaém, São Vicente e Peruíbe (como também no Brasil) a evolução do índice demonstra pequena redução da desigualdade de renda entre 1991/2010, com destaque para este último município que passou de 0,57 para 0,53 no período selecionado. Em síntese, estes resultados indicam que ainda há significativa parcela da população vivendo em condições pouco favoráveis.

Tabela 3.3.2.2-2 – Índice de Gini nos Municípios da APAM Litoral Centro – 1991/2010

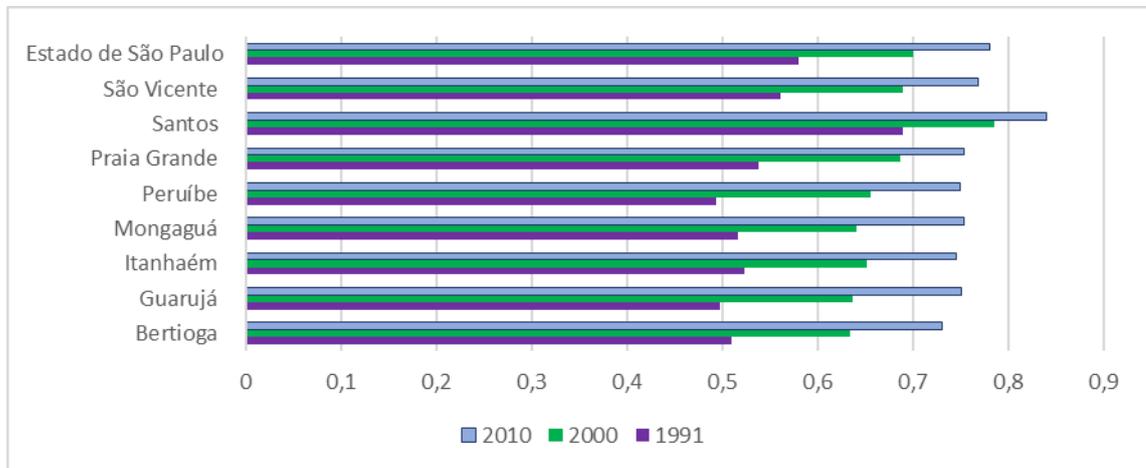
Localidade	1991	2000	2010
Bertioga	0,46	0,51	0,48
Guarujá	0,48	0,51	0,50
Itanhaém	0,52	0,54	0,50
Mongaguá	0,49	0,55	0,50
Peruíbe	0,57	0,57	0,53
Praia Grande	0,49	0,55	0,49
Santos	0,52	0,53	0,55
São Vicente	0,49	0,50	0,47
São Paulo (capital)	0,48	0,51	0,50
Estado de São Paulo	0,55	0,58	0,56
Brasil	0,63	0,64	0,60

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

Outro modo de mensurar o desenvolvimento socioeconômico se refere ao **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH) contemplando o índice de Longevidade (IDHM – Longevidade), Educação (IDHM – Educação) e Renda (IDHM – Renda). O IDHM é calculado segundo a média aritmética dos três índices (longevidade, educação e renda), variando de zero (menor valor para qualidade de vida) a um (maior valor atingível). Neste sentido, para o desenvolvimento humano baixo o IDH equivale a 0,499; para o desenvolvimento médio, o índice mede entre 0,500 e 0,799; e para alcançar o desenvolvimento alto quando o IDH ultrapassa o índice de 0,800.

Os resultados do IDHM indicam uma evolução em todos os municípios do Litoral Centro entre 1991, 2000 e 2010, assim como no estado de São Paulo. Deste modo, em um período de 20 anos, nota-se que Santos foi o município que exibiu melhor progresso do índice e o único da região a apresentar desenvolvimento alto, sendo este resultado fruto principalmente da longevidade da população. Vale lembrar que nas últimas décadas a cidade santista recebeu relevante contingente de população idosa, tornando-se uma cidade referência para os aposentados. Ademais, ao observar a evolução do IDHM cabe registrar os avanços em duas localidades em particular, no caso Guarujá e Peruíbe, que apresentavam índice de desenvolvimento humano baixo em 1991 e demonstraram significativa evolução nos anos seguintes, como revela a **Figura 3.3.2.2-1**.

Figura 3.3.2.2-1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM nos Municípios da APAM Litoral Centro – 1991/2010.



Fonte: Fundação SEADE, 2016.

A Tabela 3.3.2.2-3 ilustra os índices de Longevidade, Educação e Renda para os oito municípios em uma série histórica. De modo geral é possível notar que o IDH Longevidade é o que possui os maiores índices revelando a tendência de envelhecimento da população e em seguida o IDH Renda foi o indicador que mais evoluiu no período, especialmente no Guarujá, em Santos, Mongaguá e Praia Grande. Destaque-se, a propósito, que a longevidade na Baixada Santista é superior àquela assinalada no estado, indicando assim como a região tem demonstrado acentuado envelhecimento da população.

Tabela 3.3.2.2-3 – IDH e seus componentes dos Municípios do Litoral Centro – 1991/2010.

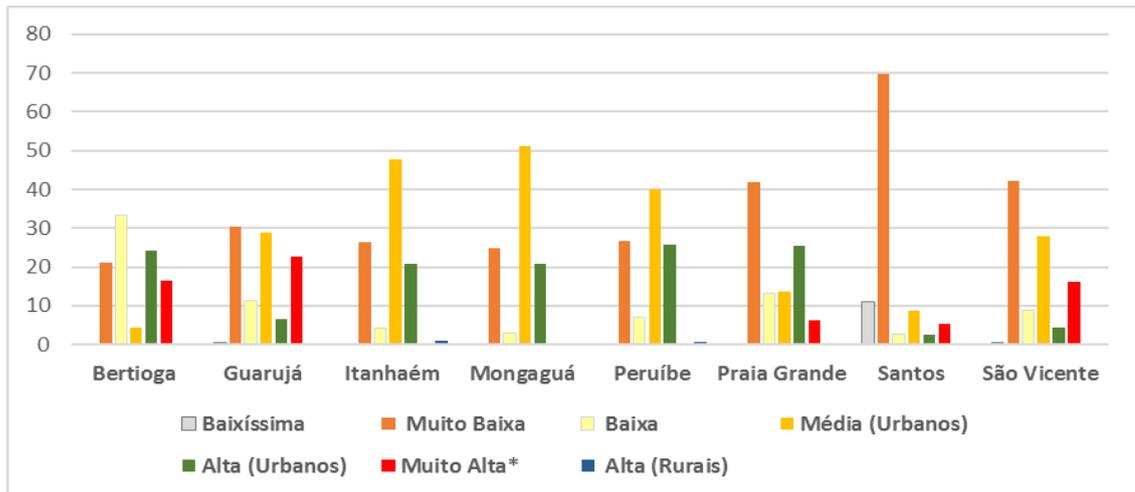
Localidade	IDH – Longevidade			IDH – Educação			IDH – Renda		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Bertioga	0,716	0,756	0,817	0,269	0,473	0,654	0,689	0,714	0,727
Guarujá	0,689	0,768	0,854	0,272	0,481	0,679	0,654	0,698	0,729
Itanhaém	0,675	0,759	0,823	0,319	0,532	0,701	0,666	0,686	0,716
Mongaguá	0,68	0,753	0,854	0,312	0,498	0,699	0,648	0,699	0,719
Peruíbe	0,675	0,759	0,854	0,261	0,527	0,675	0,681	0,702	0,73
Praia Grande	0,688	0,801	0,834	0,336	0,551	0,692	0,674	0,732	0,744
Santos	0,775	0,81	0,852	0,536	0,714	0,807	0,788	0,835	0,861
São Vicente	0,717	0,797	0,857	0,357	0,576	0,716	0,691	0,711	0,738
Estado de São Paulo	0,363	0,581	0,719	0,729	0,756	0,789	NA	NA	NA

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

No que se refere ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, o IPVS, os dados de 2010 mostram uma diversidade de cenários para este indicador. O IPVS trata-se de identificar e localizar os setores censitários segundo a vulnerabilidade da população. De acordo com o Seade (2015): “a tipologia dessas áreas se baseia nas informações do Censo Demográfico e leva em conta variáveis como a renda domiciliar per capita, o percentual de mulheres de 10 a 29 anos responsáveis pelos domicílios e a situação de aglomerado subnormal (favela) do setor censitário. Com base nessas variáveis, são definidos sete grupos em que são classificados os setores censitários, levando em conta as diferentes condições de exposição da população residente à vulnerabilidade social” (SEADE, 2015, p. 1)

A Figura 3.3.2.2-2 logo abaixo ilustra o IPVS no Litoral Centro e como a vulnerabilidade está distribuída nos municípios. Constata-se que **Guarujá, Bertioga e São Vicente** concentram o **maior número de pessoas em condições de muita vulnerabilidade**, ou seja, que **vivem em aglomerados subnormais (favelas)**. Desta forma, a população fixa residindo em favelas nessas três localidades representavam, respectivamente, 22,5%, 16,5% e 16,1%, e em seguida, Praia Grande com 6,2% e Santos com 5,4%. Já Peruíbe, Praia Grande, Itanhaém e Mongaguá reúnem o IPVS classificado como alto, tendo mais de 20% dos habitantes sob essa condição. No outro extremo, sobressai o município de **Santos com 11% da população identificada com baixíssima vulnerabilidade** e outros 70% na classe muito baixa.

Figura 3.3.2.2-2 – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social nos Municípios da APAM Litoral Centro – 1991/2010.



Fonte: Fundação SEADE, 2016.

3.3.2.3 STAKEHOLDERS

Dentre outros aspectos, os *stakeholders* presentes nos municípios do Litoral Centro possuem relevante papel no tratamento de questões diversas a fim de integrar uma série de interesses e abordagens conforme sua área de atuação. De modo geral, os *stakeholders* participam diretamente e/ou indiretamente nas dinâmicas locais e regionais e por isso identificar os agentes que atuam no território é de extrema relevância para a definição do Zoneamento da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro.

Os *stakeholders* abrangem um diversificado grupo de atores institucionais (formais e informais) e que já foram previamente identificados no Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) para a elaboração do Plano de Manejo da APAMLC. Desta forma, os atores foram agrupados de acordo com os segmentos de atividades realizadas, quais sejam: **pesca artesanal; pesca industrial, turismo e esportes náuticos; outras atividades industriais; poder público; instituições de pesquisa; e sociedade civil.** Além disso, o Diagnóstico Técnico aqui apresentado **complementa esta lista** elaborada anteriormente com o intuito de atualizar e incluir outros agentes que atuam neste setor litorâneo.

■ Pesca Artesanal nos Municípios do Litoral Centro

- Associação Litorânea da Pesca Extrativista Classista do Estado de São Paulo (ALPESC)
- Colônias de pescadores

- Colônia de Pescadores Z-01 “José Bonifácio” (Santos)
 - Colônia de Pescadores Z-03 “Floriano Peixoto” (Guarujá)
 - Colônia de Pescadores Z-04 “André Rebouças” (São Vicente)
 - Colônia de Pescadores Z-05 “Júlio Conceição” (Peruíbe)
 - Colônia de Pescadores Z-13 “José de Anchieta” (Itanháem)
 - Associação de pescadores Guarujá, Santos e Bertioga
 - Associação Amigos Nova Perequê
 - Associação de Mulheres da Pesca
 - Associação de Pescadores Artesanais Aquicultores e Prestadores de Serviços de Turismo de Guarujá (ASPE)
- **Pesca Industrial nos Municípios do Litoral Centro**
- Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo
 - Sindicato dos Pescadores do Estado de São Paulo
 - Sindicato dos Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo (SINPESCATRAESP)
 - Sabesp
 - Armador
- **Turismo e Esportes Náuticos nos Municípios do Litoral Centro**
- Náutica Indaiá
 - Iate Clube de Santos
 - Nação Ecológica Ecoturismo
 - Associação de Operadores de Mergulho da Laje de Santos
 - Narwhal (estabelecimento de produtos de mergulho)

- Sindicato dos Trabalhadores Municipais da Estância Balneária de Praia Grande
 - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira (Sinthoress)
 - Associação dos Operadores de mergulho da Laje de Santos, Queimada Grande e Arquipélago de Alcatrazes
- **Pesca Amadora/Pesca Esportiva/Pesca Subaquática nos Municípios do Litoral Centro**
- Colônia de Pesca Esportiva de Bertioga
 - Proprietários de embarcação – Pesca Amadora
 - Federação de Pesca Esportiva (FEPESCASP)
 - Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo – SAPESP/SP
 - Centro Educacional Água Viva (CEAVI)
- **Atividades Industriais nos Municípios do Litoral Centro**
- Petrobrás
 - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)
 - Confederação Nacional da Indústria (CNI)
 - Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro)
 - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos e Afins
 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos
- **Poder Público nos Municípios do Litoral Centro**
- Prefeitura Municipal de Bertioga
 - Prefeitura Municipal de Guarujá
 - Prefeitura Municipal de Itanhaém
 - Prefeitura Municipal de Mongaguá

- Prefeitura Municipal de Peruíbe
- Prefeitura Municipal de Praia Grande
- Prefeitura Municipal de Santos
- Prefeitura Municipal de São Vicente
- Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca, Aquicultura, Piscicultura e Agrícola de Bertioga
- Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH)
- Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) – Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA)
- Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) – Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA)
- Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) – Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA)
- Coordenadoria de Educação Ambiental – Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA)
- Instituto de Pesca (IP) – Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)
- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) – Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)
- Parque Estadual Xixová-Japuí (PEXJ), Fundação Florestal
- Parque Estadual Marinho Laje de Santos (PEMLS), Fundação Florestal
- Parque Estadual da Restinga de Bertioga (PERB), Fundação Florestal
- Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleos Bertioga e Itutinga-Pilões, Fundação Florestal
- Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP)
- Secretaria de Saneamento do Estado de SP
- Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM)
- CETESB
- Estação Ecológica (ESEC) Tupiniquins Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

- IBAMA
- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
- Funai

■ **Instituições de Pesquisa nos Municípios do Litoral Centro**

- Instituto de Pesca
- UNIFESP
- UNESP
- Instituto Oceanográfico/USP
- NUPAUB/USP
- Universidade Santa Cecília (Unisanta)
- Senac Santos
- UNESP/São Vicente
- Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)
- Unimonte
- Instituto Gremar
- Instituto Polis

■ **Demais Stakeholders nos Municípios do Litoral Centro**

- Sociedade Amigos da Prainha Branca (Guarujá)
- Sociedade Amigos do Bairro Quietude (Praia Grande)
- Sociedade Amigos do Jardim Real (Praia Grande)
- Associação dos moradores caiçaras e amigos da Serra do Guararu – AMORCA (Guarujá)
- Instituto Laje Viva
- Associação Comunidade Indígena Guarani Ijeru Mirim Ba'e Kuaa'i

- Associação Oceano Brasil
- Associação Beneficente dos Catadores de Material Reciclável da Baixada Santista (ABCMRBS)
- Associação Comercial de Santos
- Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (SECOVI)
- Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo (Sindaport)
- Associação Vivamar
- Fundação SOS Mata Atlântica
- Projeto Biopesca
- Ecosurfi
- Maramar
- Asbora (Associação dos Surfistas de Boraceia)
- Boraceia Viva
- Coletivo Educador de Bertioga
- Associação de Engenheiros e Arquitetos de São Vicente
- Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cubatão
- Associação de Engenheiros e Arquitetos de Peruíbe
- Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos
- Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bertioga
- Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Guarujá
- Conselho de Pesca de Bertioga
- Bioma Brasil
- Centro Educacional Água Viva (CEAVI)

- AMORCA – Associação dos moradores caiçaras e amigos da Serra do Guararu (Guarujá)
- Caá-Oby Folha Verde

3.3.3 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

3.3.3.1 ATIVIDADES ECONÔMICAS

A economia do Litoral Centro é notadamente centrada em algumas atividades principais vinculadas ao **Porto de Santos, Pesca, Turismo e Indústria**, sendo esta última associada predominantemente ao complexo industrial de Cubatão. Dentre essas atividades, a zona portuária abarca importante estrutura produtiva que extrapola os limites do próprio território santista e do Guarujá, onde se encontra instalado. Assim, o **Porto de Santos** introduz para a região uma vigorosa dinâmica econômica, como também de ordenamento territorial e ainda populacional. Em 2015, a Companhia Docas do Estado de São Paulo estima que foram movimentados mais de US\$ 99 bilhões em cargas e 119 bilhões de toneladas, volume recorde devido ao aumento das exportações em 14% em relação a 2014, apesar da queda do volume total importado pelo país (COESP, 2016).

Sendo o maior canal de exportação brasileira e importante ligação da economia do estado com país e o exterior, diversos eixos logísticos de transporte para a realização/complementação das atividades portuárias foram implantados neste setor litorâneo. Por outro lado, há que se registrar que esses mesmos eixos logísticos estão atualmente sobrecarregados com o intenso movimento de mercadorias, ocorrendo frequentemente “pane” no sistema para a distribuição das cargas que chegam e/ou precisam sair do porto.

A expansão do transporte rodoviário ligando a Baixada Santista com a capital paulista e região metropolitana promoveu maior mobilidade da população, incentivando assim o **turismo de temporada**, inicialmente, nos municípios mais centrais (Santos, Guarujá e São Vicente) e depois para aqueles localizados ao sul (Itanhaém, Praia Grande, Mongaguá e Peruíbe). Posteriormente, as estradas promoveram o acesso mais ao norte começando por Bertioga e alcançando as demais praias do Litoral Norte do estado. Tendo em vista a relevância do Turismo na região, esta atividade é detalhada por este Diagnóstico Técnico em um item específico (**3.3.1.5 Turismo**).

E com a ascensão do turismo de veraneio, diversas outras atividades passam a ser estimuladas para o atendimento deste grande contingente populacional formado especialmente nos períodos de férias e feriados. Deste modo, os **serviços e comércios** são intensamente fomentados, com destaque para os segmentos de hospedagem e alimentação e assim vários estabelecimentos foram inaugurados na região, entre eles, hotéis, pousadas, restaurantes, bares, padarias, mercados e até mesmo shoppings centers. Outra atividade local que passa a ser incrementada para atender o fluxo de turistas diz respeito à atividade de **pesca artesanal** realizada pela população local, muitos deles caracterizados por pequenos grupos de comunidades caiçaras. A pesca, extrativismo e maricultura são atividades com foco direto na APAMLC e por isso são tratadas exclusivamente no item **3.3.1.4** do Diagnóstico Técnico.

Vale mencionar que o estímulo do setor terciário acabou por dinamizar paralelamente a área da construção civil, como também da indústria de vestuário voltada para a produção de roupas de praia, entre outras.

Há que se registrar que os serviços ali existentes não estão apenas relacionados ao turismo, mas também para o atendimento da população fixa e das atividades portuárias que exercem forte influência especialmente em Santos e Guarujá.

Além desses setores já muito bem consolidados na região do Litoral Centro, a **exploração offshore do petróleo e gás** na Bacia de Santos desponta como um dos negócios mais promissores do país e que deverá trazer uma nova dinâmica em diferentes âmbitos da arrecadação pública e para o setor privado quando estiver em plena atividade. Santos foi o local escolhido para a instalação de uma série de estruturas administrativas. Cabe lembrar que a Bacia de Santos se estende por mais de 350 mil km² e a camada do Pré-sal compreende parte da área litorânea dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, sendo os reservatórios localizados entre sete e dez mil metros de profundidade (SÃO PAULO, 2011).

As atividades econômicas demonstram que estão em crescimento na Baixada Santista entre 2010 e 2013, com destaque para Peruíbe que apresentou expansão do PIB em mais de 90% para este período de análise. O Produto Interno Bruto (PIB) para os oito municípios está contemplado na **Tabela 3.3.3.1-1** revela o total de riqueza (bens e serviços) gerado anualmente, sendo possível notar um aumento real de **47% no Litoral Centro**, acima da média do estado de São Paulo. Vale mencionar que as economias locais acompanham também as crises internacionais, bem como do país tendo em vista que a desaceleração da economia nesses âmbitos provoca impactos diretos e indiretos no crescimento econômico dos municípios, como o que vem ocorrendo desde 2011.

Se Peruíbe apresenta o maior crescimento do PIB nos últimos anos, Santos é o município que concentra a maior riqueza dentre os demais, alcançando um PIB de mais R\$19.265.874 em 2013 e centralizando quase 50% do total da região. Posteriormente, merecem atenção o Guarujá, Praia Grande e São Vicente, que possuem produto interno bruto superior a R\$ 4 milhões.

Por outro lado, o Litoral Centro possui pouca representatividade no total da economia paulista, mas esta participação reduzida está relacionada ao papel central e majoritário da capital (seu PIB representa 34%) e sua região metropolitana (56%) na economia do estado de São Paulo.

Tabela 3.3.3.1-1 – PIB nos Municípios da APAM Litoral Centro – 2013.

Localidade	PIB	Crescimento entre 2010/2013 (%)	Participação (%)	
			Litoral Centro	Estado de SP
Bertioga	1.519.278	37,6	3,79	0,09
Guarujá	6.746.390	50,4	16,82	0,39
Itanhaém	1.306.101	54,4	3,26	0,08
Mongaguá	692.370	57,4	1,73	0,04
Peruíbe	1.231.667	91,1	3,07	0,07
Praia Grande	4.955.164	52,8	12,36	0,29
Santos	19.265.874	44,7	48,04	1,13
São Vicente	4.386.717	36,5	10,94	0,26
Litoral Centro	40.103.563	47,0	100	2,34
Estado de São Paulo	1.708.221.389	31,9	-	100

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

No que se refere ao **PIB per capita**, a região apresentou valor em torno de R\$ 22 mil em 2013, montante bastante inferior ao do estado de São Paulo que foi de R\$ 40.379,00 (SEADE, 2016). **São Vicente, Mongaguá e Itanhaém**, respectivamente, **registram os menores indicadores**, como ilustra a **Tabela 3.3.3.1-2**. Apenas o município de Santos detém PIB *per capita* equivalente à média estadual.

Mesmo os resultados indicando um cenário pouco favorável, ao considerar o período de análise, também são verificados significativos aumentos dos PIBs ao longo dos anos em todos os municípios. Além disso, sua evolução indica aumento relevante especialmente em Peruíbe, que apresentou crescimento de 85% entre 2010 e 2013. Por outro lado, São Vicente além de apresentar o mais baixo índice do PIB *per capita*, também é um dos municípios que menos evoluiu durante os três anos, com variação de 33%, juntamente com Bertioga que ampliou este indicador em somente 25%. Já os demais apresentaram melhora acima de 40% a 50% nesta variável.

A melhoria do PIB *per capita* e a elevação do PIB em geral apontam o dinamismo econômico da região, mas que se encontra concentrada, sobretudo, em Santos. Sob esse aspecto, é preciso enfatizar que a atração de investimentos tem sido intensamente marcada pelo desafio de exploração do Pré-sal na Bacia de Santos.

Tabela 3.3.3.1-2 – PIB per Capita Municípios da APAM Litoral Centro – 2010/2013.

Localidade	2010	2011	2012	2013
Bertioga	23.266,39	32.637,68	26.158,53	29.092,13
Guarujá	15.442,07	17.282,77	19.302,74	22.626,06
Itanhaém	9.731,05	10.688,35	12.145,87	14.433,34
Mongaguá	9.523,26	10.577,71	12.046,73	14.191,70
Peruíbe	10.795,94	15.201,84	17.830,70	19.980,32
Praia Grande	12.403,53	13.840,99	15.887,93	17.777,84
Santos	31.741,50	36.451,68	41.195,13	45.664,98
São Vicente	9.676,13	10.361,31	11.377,13	12.903,82
Litoral Centro	15.322,48	18.380,29	19.493,10	22.083,77
Estado de São Paulo	31.405,47	34.506,11	37.070,78	40.379,00

Fonte: Fundação SEADE, 2016. NA: não se aplica.

Os dados referentes ao **Valor Adicionado (VA)** exibem que **o setor de serviços e comércio é o principal segmento gerador de riqueza no Litoral Centro**, contribuindo em mais de 85% para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) da região, como aponta a **Tabela 3.3.3.1-3**. Neste contexto, a rede de serviços e comércios em geral tem se destacado como o **motor da economia local**, responsável pela maior participação do PIB em todos os municípios analisados e contribui com quase 03% do total do VA estadual. O município de Santos desponta entre os demais neste segmento, com R\$14 milhões gerados em 2013, certificando assim a importância da **cidade santista como centralidade e polarizadora de grande alcance**, além de constituir importante município promotor de empregos.

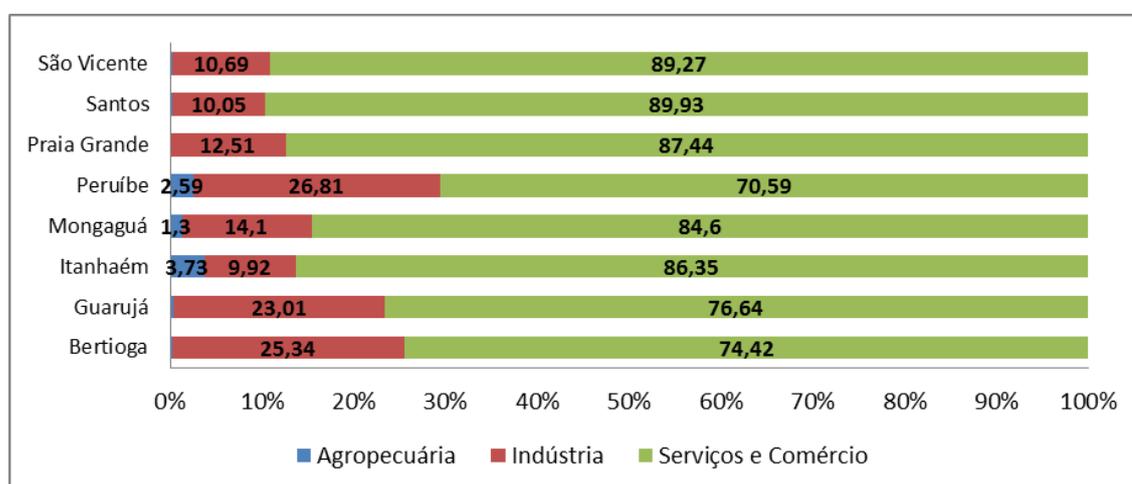
Tabela 3.3.3.1-3 – Valor Adicionado nos Municípios da APAM Litoral Centro – 2013

	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Bertioga	3.461	365.524	1.073.406	282.127
Guarujá	21.222	1.362.144	4.537.432	1.151.297
Itanhaém	46.366	123.284	1.073.239	347.416
Mongaguá	8.557	92.802	556.923	185.367
Peruíbe	30.709	317.492	835.934	214.878
Praia Grande	2.252	579.910	4.051.826	1.063.494
Santos	2.151	1.643.598	14.705.223	1.910.414
São Vicente	1.835	436.866	3.648.879	1.092.794
Litoral Centro	116.553	4.921.620	30.482.862	6.247.787
Estado de São Paulo	117.110	323.301.602	1.062.697.956	142.212.558

Fonte: Fundação SEADE, 2016. Valores expressos em Mil Reais correntes.

Embora o setor terciário seja o mais representativo em relação à produção de riqueza nos oito municípios, não há como desconsiderar o papel da indústria em algumas localidades da Baixada Santista, principalmente na geração de empregos, neste caso, Santos e Guarujá e, especialmente em Cubatão, mas que não integra o presente estudo. No último levantamento de 2013, a indústria reunia 13,86% da composição do PIB regional, no entanto verificou-se perda da participação deste setor econômico, justamente relacionada ao relevante desempenho dos serviços. Na década anterior, a participação industrial chegou a alcançar 20% em 2000. Já a atividade agropecuária é basicamente inexpressiva nesses municípios, aparecendo em pequena escala somente em Itanhaém, Peruíbe e Mongaguá, contudo não atingem juntos mais de 8% do total do valor adicionado neste conjunto, como é possível ver na **Figura 3.3.3.1-1**.

Figura 3.3.3.1-1 – Participação dos setores da economia na composição do Valor Adicionado nos Municípios da APAM Litoral Centro – 2013



Fonte: Fundação SEADE, 2016. Valores expressos em Mil Reais correntes.

Os produtos que compreendem as maiores movimentações no Porto de Santos estão relacionados às **commodities agrícolas** (principalmente açúcar, soja, milho, outros grãos em geral e café), produtos químicos, petroquímicos, minero-metálicos, maquinários, entre outros. No caso das exportações, a produção tem origem em no estado de São Paulo e demais estados, e no que toca a produção local, os bens mais exportados envolvem produtos intermediários e de consumo não duráveis fabricados por indústrias instaladas especialmente em Cubatão (metalúrgicas, siderúrgicas, químicas e petroquímicas). Registre-se que os destinos das exportações brasileiras em 2015 foram em sua maioria para a China (13,9%), seguido por EUA (13,25), Argentina (6,0%), Países Baixos (4,5%), Alemanha (4,5%), México (3,1%), Itália (2,7%), entre outros (CODESP, 2016).

A **Tabela 3.3.3.1-4** abaixo ilustra a movimentação do Porto de Santos, demais portos brasileiros e modais, sendo possível observar o peso de Santos em relação às trocas comerciais mesmo com a retração existente no último ano de 2015 (quadro verificado em todo país, como sinalizam os dados da Tabela). Além do maior volume de importações e exportações, o Porto de Santos possui a maior participação das trocas nacionais, computando cerca de US\$ 99 bilhões em 2015 ou 27% da participação nacional.

Tabela 3.3.3.1-4 – Principais Participações dos Portos Brasileiros nas trocas comerciais – 2012/2015 (em bilhões)

Porto	2012		2013		2014		2015	
	US\$ bi	%						
Santos (SP)	120,1	25,8	122,5	25,4	116,1	25,6	99,0	27,3
Paranaguá (PR)	33,9	7,3	33,8	7,0	30,6	6,7	25,7	7,1
Vitória (ES)	31,8	6,8	28,3	5,9	26,7	5,9	19,5	5,4
Rio Grande (RS)	18,6	4,0	21,6	4,5	20,0	4,4	17,6	4,9
Sepetiba (RJ)	32,0	6,9	26,7	5,5	24,1	5,3	16,0	4,4
Rio de Janeiro (RJ)	20,9	4,5	20,8	4,3	19,2	4,2	14,4	4,0
São Luís (MA)	21,1	4,5	21,6	4,5	19,7	4,3	13,9	3,8
Itajaí	16,8	3,6	17,3	3,6	16,5	3,6	13,0	3,6
São Fco. do Sul (SC)	11,5	2,5	14,0	2,9	15,8	3,5	12,9	3,6
Aratu (BA)	8,0	1,7	8,3	1,7	9,0	2,0	6,7	1,8
Outros Portos	56,3	12,1	61,9	12,8	61,0	13,4	42,7	11,8
SubTotal	371,0	79,6	376,7	78,2	358,7	79,0	281,5	77,6
Outros Modais	94,8	20,4	105,1	21,8	95,5	21,0	81,1	22,4
Brasil	465,7		481,8		454,2		362,6	

Fonte: Sistema ALICE (MDIC), 2015. In: CODESP, 2016.

3.3.3.2 EMPREGO

No que tange a **População Economicamente Ativa – PEA** (população com 10 anos ou mais), o último Censo Demográfico apontou 1.333.324 pessoas em 2010 no Litoral Centro, ocorrendo um crescimento deste indicador em relação a 2000, onde foram computadas 1.136.993 pessoas (**Tabela 3.3.3.2-1**). Dentre outros aspectos, o crescimento da PEA corresponde ao **bônus demográfico** ocorrido na região, e neste caso o município de Bertioga contribuiu consideravelmente para a formação deste quadro tendo em vista o registro da sua expansão urbana entre 2000 e 2010.

Tabela 3.3.3.2-1 – PEA nos Municípios da APAM Litoral Centro – 2000/2010

Localidade	2000	2010	Varição 2000/2010
Bertioga	23.756	39.395	65,83
Guarujá	213.022	246.323	15,63
Itanhaém	58.197	73.593	26,45
Mongaguá	28.521	39.371	38,04
Peruíbe	41.373	50.845	22,89
Praia Grande	157.562	223.057	41,57
Santos	365.696	375.661	2,72
São Vicente	248.866	285.079	14,55
Litoral Centro	1.136.993	1.333.324	17,27

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

A evolução do **número de empregos revela crescimento** ao longo dos anos em todos os municípios do estudo, com destaque para **Santos, Praia Grande, Guarujá e Mongaguá**. Em **Santos**, por exemplo, foram criados mais de **23 mil postos de trabalho** entre 2010 e 2014, mesmo que no último ano tenha sido registrada certa queda na geração de empregos formais, conforme apresenta a **Tabela 3.3.3.2-2**. De toda forma, vale destacar que o ano de 2011 marcou o período mais significativo da criação de vagas de trabalho na região, sendo as atividades de serviços as principais responsáveis pelo aumento do número de vagas no setor formal, atestando a dinamização do segmento como poderá ser visto mais adiante neste Diagnóstico Técnico.

Cabe mencionar o **peso do Porto de Santos** na economia local tendo em vista também o **espraio de suas atividades** que acabam envolvendo não apenas os trabalhos diretos que são realizados no Porto, como também dos serviços indiretos em Santos e cidades vizinhas. Cabe destacar que a **maior parte dos empregos formais está vinculada ao Porto**, criando paralelamente certa vulnerabilidade ao vincular tão numerosa força de trabalho a um empreendimento.

Tabela 3.3.3.2-2 – Evolução do Emprego Formal nos Municípios da APAM Litoral Centro – 2010/2014.

Localidade	2010	2011	2012	2013	2014	Variação 2010/2014	
						Saldo	%
Bertioga	11.020	11.542	12.200	12.769	12.320	1.300	11,80
Guarujá	47.457	50.113	50.720	52.348	52.551	5.094	10,73
Itanhaém	12.111	12.810	13.176	14.766	13.745	1.634	13,49
Mongaguá	4.819	5.489	5.646	5.919	6.032	1.213	25,17
Peruíbe	7.857	8.564	8.073	8.797	9.077	1.220	15,53
Praia Grande	38.252	42.918	43.995	43.934	45.992	7.740	20,23
Santos	168.784	180.404	186.482	189.731	192.494	23.710	14,05
São Vicente	40.773	41.864	40.369	41.321	41.183	410	1,01
Litoral Centro	331.073	353.704	360.661	369.585	373.394	42.321	12,78

Fonte: RAIS/MTE, 2014.

No que tange o **setor formal de emprego**, a maior parte do contingente de pessoas empregadas está basicamente **concentrada nos serviços**, exceto por Peruíbe e Mongaguá que apresentam participação um pouco maior no comércio. De modo geral, os **serviços reúnem mais de 55% do total de postos de trabalho contabilizados no Litoral Centro**, corroborando a diversificação e o crescimento que o ramo terciário tem empregado na economia regional, de acordo com os dados exibidos na **Tabela 3.3.1.3-6**. O município de **Santos como principal polo gerador de empregos**, também centraliza sua força de trabalho basicamente neste segmento: são mais de **127 mil pessoas trabalhando formalmente**, o que envolve 66% do seu contingente populacional. Para efeitos de comparação, o número de trabalhadores nos serviços existentes em Mongaguá não ultrapassa 1.700 postos.

Além disso, observa-se que a administração pública também é outro setor com importante empregabilidade na região (o terceiro maior empregador), sobretudo nos municípios de menor porte, como Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe. Nessas localidades os vínculos formais nesta área chegam a representar mais de 27%, 26% e 22%, respectivamente (**Tabela 3.3.3.2-3**). Finalmente, nota-se que os setores vinculados às atividades primárias possuem pouca relevância e, deste modo, reduzido número de empregos formais. Há que se registrar que muitas das **atividades primárias ainda possuem um caráter de informalidade**, característica presente em todo país, e assim subestimando sua participação de um modo geral. No caso da **pesca**, importante atividade desenvolvida em regiões litorâneas e nesta APAM, os **empregos formais são pouco representativos**, sendo computados, por exemplo, cerca de **310 trabalhadores em Santos e 240 no Guarujá** e, somente, 01 em Bertioga, como pode ser visto na **Tabela 3.3.3.2-3** (RAIS/MTE, 2014). Possivelmente esses trabalhadores estão ligados à pesca industrial, que é mais relevante justamente nesses municípios, enquanto nos demais a pesca artesanal é mais expressiva e paralelamente mais informalizada.

Tabela 3.3.3.2-3 – Total de Vínculos Ativos por Grupos de atividade econômica nos Municípios da APAM Litoral Centro - 2014.

Setor	Bertioga	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente
Pesca	1	240	0	0	0	0	309	0
Extração de petróleo e gás natural	0	0	0	0	0	0	648	0
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	0	590	0	0	0	0	122	0
Construção de embarcações	0	1.015	0	0	0	0	28	0
Fabricação de artefatos para pesca e esporte	3	0	0	0	0	0	0	2
Transporte marítimo de cabotagem e longo curso	2	0	0	0	0	0	257	0
Transporte por navegação interior	0	0	0	0	0	1	44	0
Navegação de Apoio	1	835	2	0	0	0	345	0
Outros transportes aquaviários	0	32	0	0	0	0	68	0
Armazenamento, carga e descarga	0	260	0	0	0	22	4.996	158
Atividades auxiliares dos transportes aquaviários	0	3.729	0	0	0	63	11.769	1
Hotéis e similares	143	1.640	129	29	136	244	846	409
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	825	2.604	742	233	657	2.354	7.473	2120
Litoral Centro	975	10.945	873	262	793	2.684	26.905	2.690

Fonte: RAIS/MTE, 2014.

Ademais, a área da construção civil apesar de ter demonstrado certo vigor nas últimas décadas em diversas partes do país, inclusive na Baixada Santista, o setor concentra 4,5% dos empregos, sobressaindo Praia Grande, Bertioga, Santos e Guarujá (RAIS, 2014). Algumas informações mais setorializadas são apresentadas na **Tabela 3.3.3.2-4** a fim de ilustrar a representatividade de setores em particular e que envolvem as **principais atividades que interferem diretamente ou indiretamente no uso do território marítimo**, ou seja, atividades relacionadas ao Porto de Santos, exploração de petróleo e gás, turismo e pesca. Como pode ser visto nos dados abaixo, as atividades vinculadas ao Porto são bastante representativas. Em primeiro lugar, o transporte aquaviário é um dos segmentos que mais empregam em Santos e no Guarujá, equivalendo, respectivamente, a 6% e 7% do total de empregos

nesses municípios em 2014. A **construção de embarcações** já é mais relevante no Guarujá, com mais de mil postos de trabalhos formais, sendo este segmento da **indústria naval** estimulado pela Petrobrás devido à demanda de exploração dos recursos do mar e da necessidade de ampliar a frota de navios petroleiros e sondas, além dos navios de carga em geral dos demais setores produtivos. Há que se destacar ainda o transporte de cabotagem em Santos.

Tabela 3.3.3.2-4 – Total de Empregos por Setor de Atividade Econômica nos Municípios da APAM Litoral Centro – 2014.

Setor	Bertioga	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruibe	Praia Grande	Santos	São Vicente
Extrativa mineral	0	593	0	57	0	0	890	30
Indústria de transformação	128	1.983	382	243	267	1.795	7.410	1.322
Serviços industriais de utilidade pública	87	256	306	53	75	287	1.040	117
Construção Civil	694	1.595	291	348	377	3.453	7.810	2.208
Comércio	3.416	13.107	4.387	2.050	3.515	13.797	33.115	12.604
Serviços	6.212	28.088	4.489	1.663	2.769	16.466	127.297	17.986
Administração Pública	1.733	6.674	3.778	1.604	2.017	10.190	14.523	6.909
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	50	255	112	14	57	4	409	7
Total	12.320	52.551	13.745	6.032	9.077	45.992	192.494	41.183

Fonte: RAIS/MTE, 2014.

No caso do setor terciário, destacam-se os empregos gerados em restaurantes, serviços de alimentação e bebidas, além de hotéis e similares reforçando assim a vocação regional associada à atividade turística em todos os municípios do Litoral Centro.

No caso do levantamento dos estabelecimentos existentes por setor de atividade econômica é possível observar a **diversidade de empreendimentos** em todo Litoral Centro, contudo alguns setores despontam na economia regional, entre eles, na área de serviços e comércios, conforme indica a **Tabela 3.3.3.2-5**. O município de Santos concentra na região 44% do total de estabelecimentos registrados pela RAIS (2014), ratificando o seu papel central. Registre-se, a propósito, que os estabelecimentos de serviços possuem maior representatividade em todas as localidades.

Tabela 3.3.3.2-5 – Total de Estabelecimentos por setor de atividade econômica nos Municípios da APAM Litoral Centro - 2014.

Setor	Bertioga	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente
Extrativa mineral	0	2	0	1	1	0	13	2
Indústria de transformação	35	151	68	34	40	194	516	150
Serviços industriais de utilidade pública	10	10	9	6	6	12	32	10
Construção Civil	72	190	60	56	55	325	485	166
Comércio	510	1.855	722	316	686	1.927	4.417	1.556
Serviços	849	3.148	581	368	509	3.173	10.020	2.014
Administração Pública	3	4	3	3	5	7	18	5
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	10	39	29	5	15	2	65	2
Total	1.489	5.399	1.472	789	1.317	5.640	15.566	3.905

Fonte: RAIS/MTE, 2014.

3.3.3.3 FINANÇAS PÚBLICAS

A caracterização das finanças públicas é feita a partir dos últimos dados referentes às receitas e às despesas municipais disponibilizadas pelo SEADE (2016). A composição das receitas correntes dos municípios, bem como do total contabilizado no Litoral Centro, é apresentada na **Tabela 3.3.3.3-1**. Como pode ser observado, Santos é o município com a maior receita corrente, seguido por Guarujá, Praia Grande, São Vicente e, posteriormente, os demais. Este quadro revela a posição já conhecida de destaque do município santista. Além disso, os dados indicam que a maior parte dos municípios é dependente das receitas de transferências tendo em vista a significativa parcela formada por estas fontes. No caso dos municípios maiores, como Santos e Guarujá, as transferências possuem menor representatividade na receita corrente total.

A esse respeito, pode ser verificado que as receitas da União são as principais transferências em pelo menos seis municípios do Litoral Centro, conforme ilustra a **Tabela 3.3.3.3-2**. Os municípios mais dinâmicos possuem menor participação das transferências federais ao passo que a do estado tem mais peso em suas finanças públicas, beneficiando assim os recursos desses municípios, sobretudo, Santos e Guarujá. As transferências do FUNDEB (Fundo da Educação Básica) possuem natureza multigovernamental e foram estabelecidas a partir de 2007 (antigo FUNDEF – Fundo de Educação Fundamental, implementado em 1996 e finalizado em 2006). Essas receitas têm sido mais expressivas nos municípios de São Vicente e Praia Grande, de acordo com os dados mostrados na **Tabela 3.3.3.3-1**.

Tabela 3.3.3.3-1 – Receitas correntes nos Municípios da APAM Litoral Centro – 2011.

Localidade	Receita Tributária	Receita por Transferências	Outras Receitas	Total de Receitas
Bertioga	117.064.496	128.771.333	49.040.092	294.875.921
Guarujá	489.062.262	406.117.977	98.214.296	993.394.535
Itanhaém	88.120.394	150.729.446	34.267.967	273.117.807
Mongaguá	47.485.074	88.570.753	19.958.945	156.014.772
Peruíbe	57.619.906	99.963.285	32.170.839	189.754.030
Praia Grande	347.527.197	419.185.278	185.373.661	952.086.136
Santos	823.236.841	789.015.685	218.974.045	1.831.226.571
São Vicente	197.599.025	432.402.304	147.551.103	777.552.432
Litoral Centro	2.167.715.195	2.514.756.061	758.550.948	5.468.022.204

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

Tabela 3.3.3.3-2 – Receitas de Transferências nos Municípios da APAM Litoral Centro – 2011.

Localidade	União	Estado	Multigovernamentais do Fundeb	Outras Transferências	Total
Bertioga	78.187.665	25.212.716	23.359.398	2.011.554	128.771.333
Guarujá	138.203.253	142.798.269	120.237.207	4.879.248	406.117.977
Itanhaém	57.975.472	31.301.994	58.628.362	2.823.618	150.729.446
Mongaguá	36.744.039	15.861.169	34.779.348	1.186.197	88.570.753
Peruíbe	42.648.418	26.408.713	29.270.138	1.636.016	99.963.285
Praia Grande	142.260.827	97.980.733	153.441.205	25.502.513	419.185.278
Santos	204.701.828	449.045.934	128.217.175	7.050.748	789.015.685
São Vicente	141.285.768	118.984.467	162.468.406	9.663.663	432.402.304
Litoral Centro	842.007.270	907.593.995	710.401.239	54.753.557	2.514.756.061

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

Um dado importante referente às finanças no Litoral Centro envolve **as receitas geradas pela atividade pesqueira** realizada nos três setores da APAM Litoral Centro, isto é, setor Guaibê, Itaguaçu e Carijó. Como pode ser visualizada na **Tabela 3.3.3.3-3**, a pesca foi responsável por gerar uma receita bruta de mais de R\$84 milhões entre 2009 e 2013, sendo 59% associada à pesca artesanal, com destaque para a produção vinculada ao setor Carijó e Guaibê. Conforme as informações disponibilizadas pela FUNDEPAG (2014), as unidades produtivas artesanais participam com 80,5%, mas é a pesca industrial que gera a maior receita para os municípios. Guarujá e Santos, por exemplo, concentram o maior volume total de receitas, mas com menor representatividade da pesca artesanal em comparação com os demais. Neste caso, Peruíbe, Praia Grande, Mongaguá, São Vicente, Itanhaém e Bertioga são os que possuem maior participação da pesca artesanal, conforme ilustra a Tabela abaixo.

Tabela 3.3.3.3-3 – Receita Bruta estimada da Produção Pesqueira por setores da APAM Litoral Centro – 2009/2013.

Setor da APAM	Município	Receita (R\$)	
		Total	% Artesanal
Setor Guaibê	Bertioga	R\$ 7.383.557,06	99,7%
	Guarujá	R\$ 55.853.414,84	37,7%
Total Guaibê		R\$ 63.236.971,90	47,9650,88%
Setor Itaguaçu	Santos	R\$ 11.519.248,77	6,30%
Total Itaguaçu		R\$ 11.519.248,77	6,30%
Setor Carijó	São Vicente	R\$ 313.050,54	100%
	Praia Grande	R\$ 2.488.550,40	100%
	Mongaguá	R\$ 2.026.635,26	100%
	Itanhaém	R\$ 1.502.684,93	100%
	Peruíbe	R\$ 3.822.475,88	100%
Total Carijó		R\$ 10.153.397,32	100%
Total APAM Litoral Centro		R\$ 84.909.617,68	59%

Fonte: FUNDEPAG, 2014. O valor total não corresponde à somatória de unidades produtivas por município e sim ao número de diferentes unidades produtivas que foram observadas na área da APAM Litoral Centro no período.

De acordo com a Tabela 3.3.3.3-4, os dados sobre impostos exibem alguns dos tributos arrecadados pelos municípios, com destaque para o IPTU, ITBI e ISS, além de outros impostos. Santos como maior centro do Litoral Paulista é o município que possui a maior arrecadação, com mais de R\$ 753 milhões em 2011, representando cerca de 40% do total. Destaque deve ser dado para o recolhimento do ISS e IPTU, demonstrando assim a dinamização dos serviços e da expansão urbana no município santista. O Guarujá sobressai em seguida na arrecadação geral de impostos, como se observa nos dados abaixo.

Tabela 3.3.3.3-4 – Total de Arrecadação de Impostos Municipais da APAM Litoral Centro – 2011.

Localidade	IPTU	ITBI	ISS	Outros Impostos	Total	% LC
Bertioga	62.506.468	23.754.770	15.150.129	8.092.731	109.504.098	5,7
Guarujá	257.072.322	40.666.121	123.105.774	30.203.638	451.047.855	23,7
Itanhaém	43.006.546	9.545.314	8.995.186	5.570.983	67.118.029	3,5
Mongaguá	31.212.137	4.646.776	3.987.563	2.253.816	42.100.292	2,2
Peruíbe	32.373.782	3.289.076	6.115.135	3.201.439	44.979.432	2,4
Praia Grande	212.916.271	31.676.427	26.813.442	16.125.384	287.531.524	15,1
Santos	270.788.988	57.744.667	381.800.105	43.334.645	753.668.405	39,5
São Vicente	92.165.347	10.431.160	30.846.304	17.537.991	150.980.802	7,9
Litoral Centro	1.002.041.861	181.754.311	596.813.638	126.320.627	1.906.930.437	100

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

As despesas correntes envolvem os gastos do município com a realização de diversos serviços e funcionamento das instituições públicas, incluindo uma série de itens que vão desde salários de pessoal, encargos sociais, despesas com educação, saúde, lazer, entre outros setores. Cabe registrar que os gastos com pessoal não devem ultrapassar 60% da receita corrente municipal, podendo ser visto que essas despesas concentraram em média 52,1% do total neste setor litorâneo. A localidade que mais desembolsou com pessoal e encargos sociais envolve o município de Santos, seguido por Itanhaém e Mongaguá (Tabela 3.3.3.3-5). Os dados referentes à gestão ambiental demonstram o quanto os municípios têm destinado para esta área, sendo as despesas mais representativas em São Vicente (4,5% do total), Bertioga (2,1%) e Santos (1,3%). Os demais apresentaram menos de 1% com a gestão ambiental em seus municípios.

Tabela 3.3.3.3-5 – Perfil das despesas municipais na APAM Litoral Centro – 2011

Localidades	Pessoal e Encargos sociais	Gestão Ambiental	Desporto e Lazer	Saneamento	Outras despesas	Total
Bertioga	120.487.930	5.260.730	2.396.219	-	120.458.128	248.603.007
Guarujá	427.449.957	5.526.944	14.167.879	9.146.407	415.285.431	871.576.618
Itanhaém	122.629.987	275.411	1.144.727	10.079.922	84.895.469	219.025.516
Mongaguá	76.849.711	681.640	1.768.154	8.530.135	57.756.989	145.586.629
Peruíbe	85.923.787	342.125	1.991.190	-	70.976.027	15.923.3129
Praia Grande	401.364.857	-	5.148.318	-	410.465.182	816.978.357
Santos	1.036.285.548	22.270.482	24.316.408	-	650.376.451	1.733.248.889
São Vicente	374.517.356	35.431.627	7.193.639	32.214	367.555.396	784.730.232
Litoral Centro	2.645.509.133	69.788.959	58.126.534	27.788.678	2.177.769.073	4.978.982.377

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

Já os valores repassados de ICMS Ecológico indicam que o município de Bertioga é o mais beneficiado dentre os demais do Litoral Centro, como pode ser visto na **Tabela 3.3.3.3-6**. Este quadro revela que este é o município com maior quantidade de Unidade de Conservação ou área protegida dessa região, podendo ser no âmbito da esfera municipal, estadual ou federal.

Tabela 3.3.3.3-6 – Valores repassados de ICMS Ecológico aos municípios da APAM Litoral Centro – 2014

Município	TOTAL (Em R\$ correntes)	IPM ¹	% IAP ²
Bertioga	2.784.026	0,07	2,31
Guarujá	122.619	0,38	0,10
Itanhaém	1.898.874	0,08	1,58
Mongaguá	719.788	0,04	0,60
Peruíbe	1.597.584	0,06	1,33
Praia Grande	804.332	0,26	0,67
Santos	1.303.597	1,06	1,08
São Vicente	1.085.233	0,27	0,90
Litoral Centro	10.316.053		
Total do Estado	120.272.492,27	-	100

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

¹ IPM: Índice usado para definir os repasses de ICMS aos municípios, apurado pela Secretaria da Fazenda, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.150, de 29/12/93.

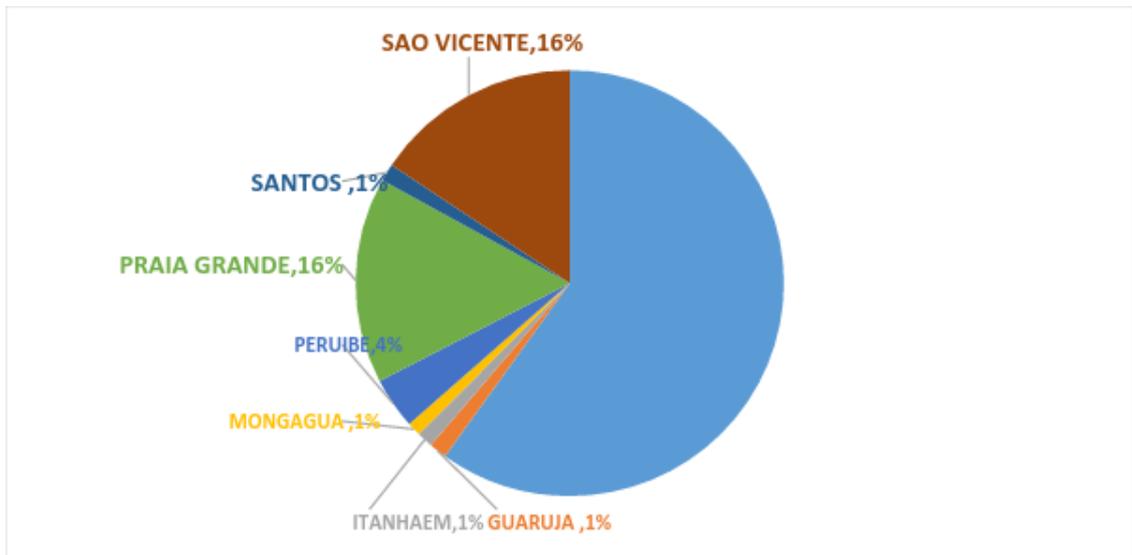
² Índice de Áreas Protegidas compõe um dos critérios para a formação do IPM dos municípios. Corresponde à parcela de 0,5% do total a ser repassado para os municípios e é calculado com base nos espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere à Lei Estadual nº 29/12/93. *Fonte: SMA/CPLA.*

No que se referem aos royalties do petróleo, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) indica que os municípios do Litoral Centro arrecadaram cerca de **R\$ 70 milhões** tanto em royalties como em participações especiais no último levantamento feito em 2015, conforme ilustra a **Figura 3.3.3.3-1**. Para efeitos de comparação, os municípios do Litoral Norte, por exemplo, somaram mais de R\$ 402 milhões em royalties e participações especiais, representando assim os maiores produtores do estado de São Paulo. Cabe registrar que o pagamento de royalties está vinculado à área de extração e volume de petróleo, como também da existência de instalações associadas à produção, refino, entre outras, além de ser caracterizado como forma de compensação financeira da exploração dos recursos. Neste contexto, as empresas que realizam as atividades de extração devem repassar parte do lucro obtido com a sua comercialização.

Dentre os oito municípios, Bertioga se destaca como o principal beneficiário neste tipo de arrecadação, sendo computados mais de R\$ 42 milhões em royalties. Em seguida, São Vicente e Praia Grande registraram recebimento de pelo menos R\$ 11 milhões cada um e os demais municípios receberam entre R\$ 2 milhões a R\$ 700 mil em 2015. Vale mencionar que apenas Peruíbe recebeu pagamento de participação especial neste ano.

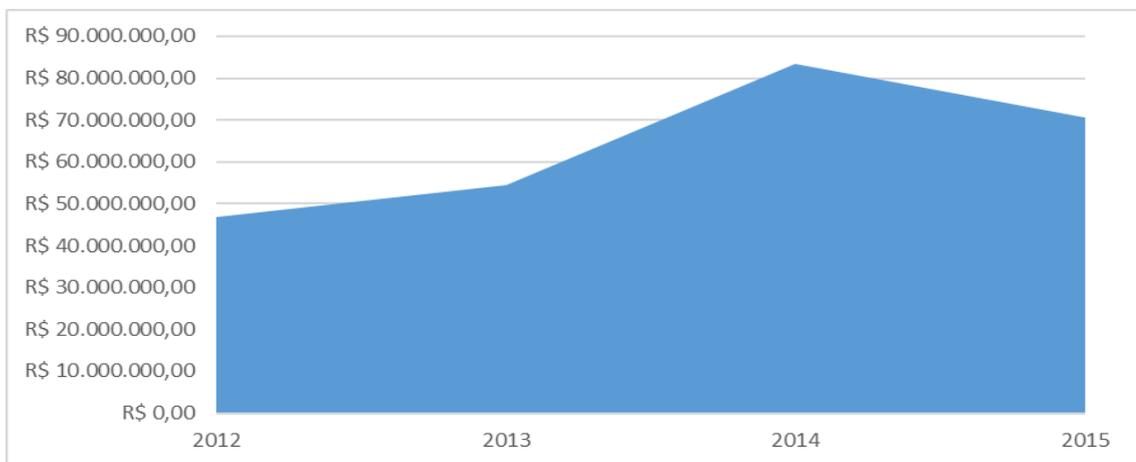
Ao avaliar a evolução das receitas em royalties e na participação especial na **Figura 3.3.3.3-2** nota-se crescimento da arrecadação até 2014, porém os repasses demonstraram queda no último ano no Litoral Centro, mesmo que a maior parte de municípios tenha apresentado melhora no recebimento de montantes vinculados a exploração de óleo e gás. O recuo da arrecadação esteve vinculado à diminuição do valor do preço do barril e que acabou atingindo os municípios produtores, porém este impacto é diferenciado para cada território devido o volume de produção e localização dos campos de extração. No caso da região do Litoral Centro, Bertioga é o maior beneficiário e arrecadador entre os demais municípios e, deste modo, com a menor valorização do preço do barril, esse município foi o mais atingido nas receitas de 2015 (ANP, 2015). Registre-se que Bertioga não possui a maior exploração de petróleo e gás da Bacia de Santos, no entanto por ser município limítrofe a São Sebastião, onde são encontradas instalações de embarque e desembarque e o Terminal Marítimo Almirante Barroso tem o direito em receber compensações financeiras devido a existência dessas infraestruturas, além de ser zona produtora (ANP, 2016).

Figura 3.3.3.3-1 – Distribuição de royalties e participação especial entre os municípios da APAM Litoral Centro – 2015.



Fonte: Fundação SEADE, 2016.

Figura 3.3.3.3-2 – Evolução das receitas de royalties e participações especiais destinadas aos municípios da APAM Litoral Centro – 2012/2015



Fonte: Fundação SEADE, 2016.

3.3.3.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E.M. O crescimento urbano do município de Bertioga inserido no debate sobre sustentabilidade ambiental. Dissertação de Mestrado, FAU/USP, 2009, p. 136.

ANP. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. Disponível em: <http://www.anp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

BAENINGER, R; SIQUEIRA, C. G. de. Dinâmica Demográfica. In: Regiões Metropolitanas e Polos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as políticas sociais. Estudos Regionais: Região Metropolitana da Baixada Santista. Orgs.: DEDECCA, C; MONTALI, L; BAENINGER, R. FINEP/NEPP/NEPO/IE UNICAMP. Campinas, 2009.

CARDOSO. J. de J. Patrimônio ambiental Urbano & Requalificação: contradições no Planejamento do Núcleo Histórico de Santos. Tese (Doutorado), São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

CIESP. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. <http://www.ciesp.com.br>. Acesso em novembro/2016.

CODESP. Disponível em: <http://www.codesp.com.br>. Acesso em julho/2016.

_____. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos. Estudo Técnico, Santos, 2006.

CUNHA, T.A.; CUNHA, J.M.P. e JAKOB, A.A.E. Dinâmica intraurbana e redes sociais na Baixada Santista. Revista Brasileira de estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v.39, n.1, p.7-33, jan./jun. 2013.

EMBRAPORT. Disponível em: <http://www.embraport.com>. Acesso em julho/2016.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais. FINEP-FNDCT/NEPPO, UNICAMP. Março, 2009.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Plano de Manejo do Parque Estadual Xixová – Japuí, 2010.

_____. Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.fflorestal.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

FUNDAÇÃO SEADE. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em julho/2016.

_____. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Radar Seade, Boletim, São Paulo, n.6, outubro de 2015.

FUNDEPAG. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio. Produção de pesca extrativa nas áreas de Proteção Ambiental Marinhas do Estado de São Paulo: 2009-2013. Relatório Técnico, São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Regiões de Influência das Cidades – 2007” (REGIC-2007), estudo organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO POLIS. Resumo Executivo: Dinâmicas Regionais. Litoral Sustentável: desenvolvimento com inclusão social. Convênio Petrobras, São Paulo, 2012.

_____. Resumo executivo de Bertioga. Litoral sustentável: desenvolvimento com inclusão social. São Paulo, 2012.

_____. Resumo executivo de Guarujá. Litoral sustentável: desenvolvimento com inclusão social. São Paulo, 2012.

_____. Resumo executivo de Itanhaém. Litoral sustentável: desenvolvimento com inclusão social. São Paulo, 2012.

_____. Resumo executivo de Mongaguá. Litoral sustentável: desenvolvimento com inclusão social. São Paulo, 2012.

_____. Resumo executivo de Peruíbe. Litoral sustentável: desenvolvimento com inclusão social. São Paulo, 2012.

_____. Resumo executivo de Praia Grande. Litoral sustentável: desenvolvimento com inclusão social. São Paulo, 2012.

_____. Resumo executivo de Santos. Litoral sustentável: desenvolvimento com inclusão social. São Paulo, 2012.

_____. Resumo executivo de São Vicente. Litoral sustentável: desenvolvimento com inclusão social. São Paulo, 2012.

JAKOB, A. A. E. Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, nov.2003. 134p.

PETROBRAS. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br>. Acesso em agosto/2016.

_____. Estudo Socioambiental da Ponta da Armação – Guarujá – SP. Relatório Técnico Final. Volume I. Petrobrás, E&P, 2012.

_____. Avaliação Ecológica Rápida (ERA) da Laje da Conceição e Ilha da Moela. Relatório Técnico, 2014.

PLHIS. Plano Local de Habitação de Interesse Social. Prefeitura Municipal de Guarujá, 2011.

PORTO DE SANTOS. Disponível em: <http://www.portodesantos.com.br>. Acesso em julho/2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BERTIOGA. Disponível em: <http://www.bertioga.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ. Disponível em: <http://www.guaruja.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM. Disponível em: <http://www.itanhaema.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ. Disponível em: <http://www.monguagua.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE. Disponível em: <http://www.peruibe2.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE. Disponível em: <http://www.praia-grande.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Disponível em: <http://www.santos.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

_____. Diagnóstico Consolidado. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Santos, outubro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE. Disponível em: <http://www.saovicente.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

RIVIERA DE SÃO LOURENÇO. Disponível em: <http://www.rivieradesaolourenço.com>. Acesso em julho/2016.

SÃO PAULO (Estado). Caracterização socioeconômica das regiões do estado de São Paulo: região metropolitana da Baixada Santista. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2011.

_____. Diagnóstico Participativo APA Marinha do Litoral Centro. Elaboração dos Planos de Manejo das Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Florestal, 2014.

SISTEMA ALICE (MDIC). Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em agosto/2016.

SMA. Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br>. Acesso em julho/2016.

TRIBUNA DIGITAL. Disponível em: <http://www.atribuna.com.br>. Matéria de julho/2011. Acesso em julho/2016.

YOUNG, A. F. Transformações Socioespaciais da Baixada Santista: identificação das e vulnerabilidades socioambientais através do uso de geotecnologias. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2008.

ZÜNDT, C. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação da rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). Novas metrópoles paulistas. Campinas: NEPO, Unicamp, 2006.